# Relatório da Administração







2021





# **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Flávio Aidar Presidente

Ana Lúcia Caltabiano Conselheira

> Luiz Klecz Conselheiro

Marise Barroso Conselheira

Paulo Diniz Conselheiro

Sérgio Faifman Conselheiro

\_\_\_\_\_

# **DIRETORIA**

Livio Kuze CEO

Ricardo Congro VP Industrial

Armando Silva CFO e Diretor de Relações com Investidores

> José Caires Diretor de RH

Alessandro Thompson Diretor Comercial

Douglas Catan Diretor de Suprimentos

> Eduardo Carvalho Diretor Jurídico

Fabrício Azevedo Diretor de Sustentabilidade das Operações

-----



# ÍNDICE

l.	Mensagem da Administração	01
II.	Contexto Operacional	03
III.	Principais Indicadores Consolidados	03
IV.	Comentário de Desempenho	03
	1. Receita líquida	03
	2. Custo das vendas e dos serviços	03
	3. Lucro bruto	04
	4. Ebitda e ebitda ajustado	04
	5. Resultado financeiro	04
	6. Lucro líquido (prejuízo) do exercício	04
	7. Geração de Caixa	05
	8. Investimentos	05
V. Go	overnança Corporativa	
	Auditores Independentes – Instrução CVM nº 381/03	05
VI. De	esenvolvimento Sustentável	
	a. Meio Ambiente	06
	b. Segurança do Trabalho	06
	c. Social	06
	decursos Humanos	07
VIII. F	Remuneração aos Acionistas	07



# I. Mensagem da Administração

Vivemos, atualmente, em um cenário de incertezas e em um mundo com desafios políticos, sociais e econômicos. Isso torna ainda mais importante o entendimento do nosso papel nesse contexto e aumenta a nossa responsabilidade, como empresa e como indivíduos, de mobilizar nossos profissionais e parceiros para reduzir os impactos dessas questões nas regiões onde atuamos, seja por meio de nossas boas práticas ou construindo relações sólidas.

Focados em nosso negócio e inseridos nesse contexto, temos desafios que nos propomos a superar: ter uma operação sustentável, promover a transformação digital em todas as áreas da Companhia, ser uma empresa mais inclusiva e de gestão horizontal, e ter resultados mais crescentes e sólidos.

Para ter uma operação mais sustentável, institucionalizamos a nossa jornada ESG de forma transversal, tendo a equipe de sustentabilidade como guardiã, pois acreditamos que a temática deva permear toda a Companhia. Ou seja, trata-se de uma construção de todas as áreas, feita por meio da integração entre elas, criando um ecossistema que gera resultados muito mais significativos. Desse modo, aderimos aos Compromissos 2030 das empresas que compõem o portfólio da InterCement Participações, que estão totalmente em linha com a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), mas também associados aos nossos temas materiais e aos nossos princípios, conferindo mais foco e transparência à nossa operação.

A resposta ao desafio de promover a transformação digital em todas as áreas da Companhia segue o mesmo princípio de integração, horizontalidade e transversalidade, aliando processos, pessoas e sistemas em prol de soluções que tragam mais eficiência. Em todas as áreas, temos iniciativas significativas de transformação digital acontecendo, muitas delas já com impactos relevantes em 2021, como o conceito de indústria 4.0, fortalecendo a performance e a sustentabilidade, e a implantação do CRM Sales Force e SAP Ariba - novos sistemas de planejamento, e diversas automações, integrando sistemas e permitindo abordagens mais assertivas e preditivas.

Já em resposta ao desafio de sermos uma empresa mais inclusiva e de gestão horizontal, criamos a DIDA (Diversidade, Inclusão, Desenvolvimento e Aprendizagem) e a GISA (Gestão Integrada de Saúde e Apoio às Pessoas). Além disso, implantamos um modelo de escuta ativa que culminou na redefinição da nossa cultura organizacional - recriada com e a partir das pessoas. Como resultado, convergimos em um novo propósito: "vontade e talento para construir e entregar o bem a cada dia, para que todos tenham vidas melhores".

As pessoas, aliás, são a base de qualquer estratégia. Além de estruturarmos nossas premissas com base em nossos colaboradores, reunimos a Diretoria de Pessoas com todas as diretorias para criar várias iniciativas. Como parte do reconhecimento do nosso trabalho e estímulo para seguirmos confiantes nesse processo, figuramos entre os Top 5 do Prêmio Valor Carreira, na categoria empresas com 1,5 mil a 3 mil colaboradores. O olhar voltado para a forma como nos relacionamos com as pessoas também se estende às comunidades onde estamos inseridos. Por meio do Instituto InterCement Brasil atuamos diretamente nas comunidades em que estamos presentes, como gestor do investimento social, gerando metodologias e apoiando as fábricas na elaboração e implementação dos seus próprios planos de ação, de forma a respeitar as peculiaridades e potenciais de cada região, emponderando-as por meio de um modelo estruturado.

Também foi um catalisador de consolidação em 2021 o grande avanço que tivemos no nível da nossa governança. Criamos a área de Relação com Investidores (RI), os Comitês de Assessoramento ao Conselho, como o Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças e Estratégia, e Comitê de Governança, Pessoas e Sustentabilidade, além da Comissão de Ética e Compliance e uma área de Controle Internos dedicada às operações no Brasil. Ainda no que tange à governança, vale destacar que expandimos e renovamos nosso Conselho de Administração, adicionando membros externos e independentes, e também a elaboração de uma série de políticas e regimentos internos para regular as atividades, conforme o mais alto nível de governança (Novo Mercado, da B3).

Fizemos, ainda, uma revisão em nossas Demonstrações Financeiras de forma estruturada e consistente dentro dos mais altos padrões, revisamos nossos processos e controles, montamos uma equipe de sustentabilidade, fortalecemos a área de comunicação e renovamos o nosso time Jurídico. Sem dúvidas, hoje somos uma empresa muito mais robusta em termos de governança.

A mesma lógica se estende aos nossos fornecedores, que passam pelo nosso rígido processo de homologação e, adicionalmente, têm suas boas práticas de Gestão de Pessoas, Saúde Segurança e Meio



Ambiente (SSMA), Inovação e Programas Sociais incentivadas e reconhecidas pelo programa Partner. Assim, agregamos valor a toda nossa cadeia, como consta na própria definição do nosso negócio.

Além de todas essas frentes, chegamos ao quarto desafio: termos resultados mais crescentes e sólidos. Nossos indicadores de desempenho financeiro, que apontam 31% de aumento na receita líquida e margem EBITDA de 29%, mostram que também progredimos de forma relevante nessa dimensão.

No nível institucional, atuamos em conjunto com entidades setoriais, como o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), a fim de desenvolver novas tecnologias, aditivos e melhores práticas no consumo de energia e coprocessamento para que todo o setor seja capaz de reduzir as emissões de CO², um dos Gases de Efeito Estufa (GEE).

Todas essas iniciativas foram realizadas porque para nós, o resultado é fundamental, mas o meio, ou seja, a forma como fazemos as coisas, é ainda mais importante. Com esse olhar, podemos não só potencializar os nossos resultados, mas também ter um desenvolvimento sustentável, enquanto empresa e enquanto cidadãos. Então, focamos na maneira como as coisas são feitas e os resultados estão aí para mostrar que estamos no caminho: em 2021 todos os nossos objetivos foram alcançados e, não fossem as condições adversas que marcaram o ano, seriam até superados.

É, portanto, com muita satisfação que compartilhamos um pouco dessa jornada nesse relato. O termo "jornada" não foi escolhido por acaso. Ele representa de forma fidedigna como entendemos nossa maneira de gerir, ou seja, um caminhar contínuo e progressivo, e traz o foco justamente para o processo, em como as coisas são feitas. A publicação do nosso primeiro Relatório Integrado, de ano base 2020, foi um importante instrumento para olharmos para esse processo e nossas iniciativas, com grande contribuição para o trabalho de autoconhecimento e revisitação que está em curso nesses últimos anos. A publicação desse material pelo segundo ano consecutivo no formato de Relatório Integrado, com certeza nos dá ainda mais informação e conhecimento para continuarmos nossa jornada, cientes de nossas responsabilidades, de quem somos e aonde queremos chegar, reconhecendo nossos avanços, mas cada vez mais conscientes acerca do que temos a melhorar.

Lívio Kuze, CEO da InterCement Brasil



# II. Contexto Operacional

A Companhia é uma das líderes em produção de cimento no mercado brasileiro, com capacidade instalada de 17,2 milhões de toneladas, sendo 12,2 milhões ativas e 5,0 milhões hibernadas. De acordo com informações disponibilizadas pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento ("SNIC"), a Companhia está posicionada como a segunda maior empresa de cimento do país, sendo uma das duas únicas que registram vendas em todas as regiões do Brasil, segundo o SNIC.

As operações da Companhia incluem 15 unidades produtivas de cimento, 6 usinas de concreto e 02 unidades de agregados. Com unidades produtivas localizadas em quatro das cinco regiões do Brasil (quais sejam, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste), a Companhia cobre uma área equivalente a cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. De forma que as vendas da Companhia estão relativamente alinhadas à distribuição do PIB por região. Sua base de clientes é altamente diversificada, sem que um único cliente represente uma parcela significativa da receita líquida consolidada total da Companhia.

## III. Principais Indicadores Consolidados

INDICADORES	4º	trimestre		Acumulado			
(R\$ milhões)	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %	
Receita líquida	794	715	11%	3.153	2.403	31%	
Custo das vendas e dos serviços	(631)	(665)	-5%	(2.368)	(2.104)	13%	
Lucro bruto	163	50	225%	784	299	163%	
EBITDA	232	122	90%	1.016	566	80%	
EBITDA Ajustado	193	260	-26%	928	686	35%	
Resultado financeiro	(43)	(58)	-26%	(126)	(198)	-37%	
Lucro líquido do exercício	931	(34)	-2855%	1.314	(24)	-5540%	
Fluxo de caixa operacional	333	210	58%	605	555	9%	
Margem %	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %	
Bruta	20,5%	7,0%	13,5 pp	24,9%	12,4%	12,5 pp	
ЕВІТДА	29,2%	17,1%	12,2 pp	32,2%	23,6%	8,7 pp	
EBITDA Ajustado	24,3%	36,3%	-12,0 pp	29,4%	28,6%	0,9 pp	
Líquida	117,3%	-4,7%	122,0 pp	41,7%	-1,0%	42,7 pp	

#### IV. Comentário de Desempenho

#### 1. Receita Líquida

A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 atingiu R\$3.153 milhões comparativamente a R\$2.403 milhões no mesmo período de 2020, um aumento de R\$750 milhões ou 31,2%, impulsionado principalmente pela expansão do nível de preços. Esta evolução foi resultado principalmente de um comportamento positivo dos preços, suportado pela necessidade de repasse dos custos, e também por uma contribuição positiva do volume de vendas, +156 mil toneladas em 2021. Em adição a isso, a revisão de nossa estratégia comercial tem alavancado a busca por canais e clientes mais rentáveis, impulsionando uma maior pulverização da base de clientes. Como resultado nosso preço médio no exercício registrou alta de 31%.

### 2. Custo das vendas e serviços

O saldo de custos das vendas e dos serviços no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou R\$2.368 milhões comparado a R\$2.104 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de



R\$264 milhões ou 12,6%. Este aumento foi resultado principalmente do incremento nos custos com energia térmica ao longo do ano, em função do comportamento dos preços de combustíveis, pressionado pela inflação global. O preço do coque, principal matriz de combustível utilizado em nossas unidades produtivas, registrou incremento superior a 90% entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021.

#### 3. Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$784 milhões comparativamente a R\$299 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$486 milhões ou 162,7%. A margem bruta alcançou 24,9% frente a 12,4% nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento pode ser atribuído, basicamente, ao efeito positivo da alavancagem operacional, na qual a expansão de receita em uma estrutura de custos eficiente impulsionou os ganhos de escala.

### 4. EBITDA e EBITDA Ajustado

No exercício social de 2021, o efeito positivo da alavancagem operacional no 1º semestre do ano ocorreu em função de expansão da receita líquida e consequente diluição dos custos. Enquanto que na 2ª parte do ano, o efeito da alavancagem operacional foi menos favorável devido à desaceleração do crescimento da receita aliada ao incremento dos custos totais. Ainda assim, como resultado, o EBITDA Ajustado alcançou R\$928 milhões no exercício de 2021, uma expansão de 35% em comparação a 2020, apresentando uma margem de 29,4%, superior a 2020 em 12,5 p.p..

Como impactos não-recorrentes em 2021, a Companhia registrou reversão do *impairment* do imobilizado de unidades hibernadas no valor de R\$39 milhões, impacto dos créditos de impostos no valor de R\$66 milhões e despesas decorrentes da pandemia da COVID-19, de caráter não-recorrente, no valor de R\$16 milhões.

EBITDA AJUSTADO - RECONCILIAÇÃO DOS ITENS		4º trimestre			Acumulado		
(R\$ milhões)	4T21	4T20	Var. %	2.021	2.020	Var. %	
Lucro Líquido (prejuízo) do Exercício	931	(34)	2855%	1.314	(24)	5540%	
Impostos	(838)	1	n.a	(787)	12	-6702%	
Resultado Financeiro	43	58	-26%	126	198	-37%	
Depreciação/Amortização	96	97	-1%	363	380	-4%	
EBITDA	232	122	90%	1.016	566	80%	
Itens reconciliados para EBITDA Ajustado	(39)	138	(1)	(88)	120	(2)	
(-) Créditos de Impostos/direitos creditórios	3	(18)	119%	(66)	(18)	-272%	
(+) Impairment do imobilizado (unidades hibernadas)	(46)	33	-239%	(39)	5	-803%	
(+) Provisão para realização dos estoques	-	110	-100%	-	110	-100%	
(+) Transição BPO	-	7	-100%	-	7	-100%	
(+) Efeitos COVID-19	3	5	-37%	16	13	19%	
(+) Outras provisões	0	1	-96%	1	3	-76%	
EBITDA Ajustado	193	260	-26%	928	686	35%	

#### 5. Resultado financeiro líquido

Resultado financeiro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de uma despesa financeira em R\$126 milhões comparativamente a R\$198 milhões no mesmo período de 2020, refletindo uma melhora de 36,7%, ou R\$73 milhões.

## 6. Lucro (prejuízo) líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.314 milhões, uma melhora de R\$1.338 milhões em relação ao prejuízo líquido de R\$24 milhões em 2020. Esta variação é resultado basicamente de: (i) melhora do resultado operacional em R\$450 milhões, (ii) reconhecimento de ativo fiscal diferido no montante de R\$778 milhões, resultante da reavaliação da recuperação de impostos diferidos.



#### 7. Geração de Caixa

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o fluxo de caixa operacional foi de R\$ 605 milhões, em comparação aos R\$ 555 milhões no exercício de 2020. Esta variação foi basicamente resultado de uma melhora do desempenho operacional, que impulsionou o EBITDA a um patamar superior.

Os impostos pagos em 2021 foram superiores a 2020, consequência de uma operação mais rentável, situação que foi mitigada no 4Q21 a partir de emissão de nova dívida, o que aprimorou a otimização da estrutura de capital. Em setembro de 2021, a Companhia emitiu uma nova dívida de R\$1.000 milhão, na qual os recursos foram enviados à sua *holding* controladora através de um mútuo entre as partes. E a *holding* utilizou a totalidade dos recursos para amortização parcial de sua dívida relacionadas às operações.

#### 8. Investimentos

Os desembolsos com Capex atingiram R\$250 milhões, um crescimento de 25% quando comparado ao ano de 2020, em linha com a estimativa da Companhia para os investimentos totais do período. Vale lembrar que no ano de 2020 muitos investimentos não-prioritários foram postergados para 2021 com o objetivo de priorizar caixa, dado o contexto da pandemia da COVID-19.

## V. Governança Corporativa

Nossa estrutura de governança é composta por um Conselho de Administração, presidido pelo Diretor Geral da *holding* controladora InterCement Participações S.A., e por uma Diretoria Estatuária, que reporta as estratégias e resultados ao Conselho, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação e regulamentação aplicáveis, bem como pelo Estatuto Social da Companhia.

Em 2021, essa estrutura ganhou mais robustez com a nomeação de três novos conselheiros, dentre eles dois membros independentes, o que eleva o patamar de Governança para o mais alto padrão, conforme diretrizes do Novo Mercado da B3. São eles: Ana Caltabiano (independente), Marise Barroso (independente) e Sergio Faifman. Profissionais experientes, com competências em campos diversos e complementares, advindos de mercados e áreas distintas, que estão contribuindo com a ampliação do nosso campo de visão.

Tivemos também a criação de três comitês e uma comissão de assessoramento, vinculados ao Conselho, sendo: (i) Comitê de Auditoria, 100% composto por membros independentes, (ii) Comitê de Finanças e Estratégia, (iii) Comitê de Governança, Pessoas e Sustentabilidade, e (iv) a Comissão de Ética e *Compliance*.

Ainda em 2021 a InterCement Brasil tomou a iniciativa de internalizar áreas que anteriormente possuíam relacionamento direito com a *holding* controladora InterCement Participações e/ou criar áreas necessárias para a melhor estruturação da governança, aproximando assim a estrutura da operação, fortalecendo o trabalho até então realizado e garantindo a autonomia necessária para o melhor atendimento dos interesses da InterCement Brasil e seus *stakeholders*. Dessa forma, estabelecendo uma governança específica com Auditoria Interna, Riscos e Compliance, tendo reporte direto ao Conselho de Administração. Além disso, foram internalizadas e/ou criadas as áreas de Relações com Investidores e TI (alocadas na Diretoria Financeira), e Direito Societário (alocado na Diretoria Jurídica).

Reestruturamos também políticas internas, visando o aprimoramento da política de *compliance* da Companhia, como a Norma de Integridade e *Compliance*, Norma Corporativa Anticorrupção, dentre outros. E também implementamos novas políticas, se adequando à estrutura de governança do Novo Mercado, mais alto padrão de governança da B3, como a Política de Transações com Partes Relacionadas, Política de Remuneração, Regimento Interno do Conselho de Administração, dentre outros.

#### Auditores independentes - Instrução CVM 381/03

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta



forma a independência nos trabalhos realizados. A Companhia informa, também, que seus auditores, Ernst & Young Auditores Independentes S.S, não prestaram serviços relevantes que podem comprometer a independência conforme descrito na referida norma.

#### VI. Desenvolvimento Sustentável

A holding InterCement lançou em 2021 a 'Jornada ESG', com metas e compromissos 2030 alinhados aos 'Objetivos de Desenvolvimento Sustentável' da ONU, impulsionando a criação formal de uma área ESG na Companhia. O mais importante é que a nova estrutura de ESG foi pensada para que atue de forma transversal, permeando diferentes áreas e hierarquias da Companhia, posicionando assim a temática ESG no pilar central da Companhia.

#### a. Meio Ambiente

A Companhia trata o tema meio ambiente como prioridade, garantindo o processo de produção de cimento aderente aos requisitos e as condicionantes ambientais. Em 2021 aprimoramos ainda mais nosso foco no meio ambiente, a partir da criação do Fórum Multidisciplinar de Emissões para acompanhamento sistemático e diferenciado das emissões em todas as nossas fábricas. Adicionalmente, reforçamos e reestruturamos a equipe de meio ambiente e licenciamento, bem como a área de direito ambiental e minerário, fortalecendo a gestão do tema junto à operação.

Alcançamos em 2021 uma reciclagem equivalente a 22% de todas as nossas embalagens de cimento comercializadas em 2021. Além da redução de 15% das emissões específicas de material particulado em comparação a 2020, diminuindo nosso impacto na qualidade do ar. E preservamos 3 mil hectares de área protegida ou restauradas, o que equivale a mais de 4 mil campos de futebol. Avaliação por entidade externa de 100% dos requisitos relacionadas às nossas licenças ambientais, proporcionando maior confiabilidade ao compliance ambiental.

O uso de combustíveis alternativos é um dos grandes pilares de nossa estratégia de redução de emissões de CO<sub>2</sub>, fazendo uso de pneus, biomassa e resíduos urbanos como substituição térmica ao combustível fóssil, i.e. coque de petróleo. Em 2021, combustíveis alternativos responderam por 25% da utilização de combustíveis em nosso processo produtivo. Em nossos compromissos ambientais da Jornada ESG nos comprometemos a aumentar em 85% o uso de combustíveis alternativos até 2030.

# b. Segurança do Trabalho

Em 2021, conquistamos a certificação ISO 45001:2018 para 100% das fábricas em operação e o escritório central - uma norma internacional focada na melhoria do desempenho em Saúde e Segurança do Trabalho (SST). Adicionalmente, realizamos o processo de Transformação Digital de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, com implantação do BI ('Business Intelligence') e Observação de Comportamento Seguro Digital, que conferem mais eficiência e eficácia na análise de resultados. Além disso, foi realizado o Diagnóstico de Cultura de Segurança do Trabalho em 100% das fábricas e operações de concreto, trazendo uma visão detalhada do perfil dos times em relação aos temas de segurança. Foi ampliado o time de segurança nas fábricas integradas, ampliando a presenca técnica nas atividades.

Como resultado, tivemos 50% de redução nas taxas de acidentes em comparação a 2020, além de recordes históricos em menor taxa de gravidade e de frequência.

#### c Social

A Companhia tem convicção de que seu papel junto às comunidades onde está presente vai muito além da geração de valor na economia local: é contribuir para a transformação cultural, social e econômica do cotidiano dessas áreas, gerando resultados positivos para a comunidade e para os negócios.

Como referência vale destacar o trabalho da Companhia no fomento da produção de biomassa pelas comunidades locais, onde mais de duas mil toneladas de Babaçu e Licuri foram produzidas nos últimos dois anos, beneficiando a economia circular, tanto em emprego como renda, mas também a cultura produtiva da região.

A criação do Impulso Social Integrado (ISI), que traduz a nossa visão estratégica de responsabilidade social e o papel do Instituto InterCement Brasil na construção de comunidades mais justas e sustentáveis, impulsiona exemplos como estes, com uma abordagem integrada, transversal, à temática ESG.

Adicionalmente, tivemos aumento de 47% no número de fornecedores ativos que utilizam a plataforma de



antecipação de recebíveis (Monkey), por meio da qual pequenos e médios fornecedores têm acesso ao recurso financeiro com taxas mais atrativas que as oferecidas no mercado, possibilitando melhora do fluxo de caixa deles. E também o aumento de 55% no índice de competitividade dos pequenos negócios, alcançado a partir do último ciclo do Programa Encadeamento Produtivo, realizado em parceria com o Sebrae.

#### VII. Recursos Humanos

A Companhia acredita no engajamento e prosperidade das pessoas como única forma de potencializar a geração de valor e, em razão disso, vem reforçando desde 2019 a escuta ativa, aprimorando assim a direção da gestão e indo ao encontro das necessidades individuais de cada colaborador. Fortalecer as relações humanas vem resultando em uma vontade e esforços cada vez maiores pela Companhia para gerar o bem aos seus colaboradores, suas famílias, aos trabalhadores indiretos e à sociedade em geral, para que tenham vidas melhores. Disseminando também essa cultura entre os colaboradores para que todos tenham esse olhar, fazendo o bem a si, aos colegas e à sociedade.

Como resultado, em 2021 a Companhia alcançou uma grande conquista no que tange à gestão de pessoas. Figuramos entre as cinco melhores empresas pelo prêmio Valor Carreira, dentre as melhores práticas na gestão de pessoas, na categoria de empresas com 1.501 a 3.000 colaboradores.

Nossa avaliação interna de satisfação dos colaboradores também reflete que estamos no caminho certo na gestão de pessoas, atingindo um índice de 75% de satisfação, considerado extremamente alto, segundo a metodologia Net Promoter Score (NPS) e superior à nossa meta de 70%. E em relação à marca empregadora, por meio da nova área de Atração de Talentos, atingimos índice superior a 85 pontos na pesquisa de satisfação feita com candidatos a vagas, considerado padrão de excelência pela metodologia NPS.

Outro grande avanço da Companhia tem sido a mudança gradual de sua cultura de diversidade e inclusão. Em 2020 estruturamos a DIDA, área responsável por Diversidade, Inclusão, Desenvolvimento e Aprendizagem, a qual impulsiona a sensibilização da Companhia para estes temas. Em 2021 seguimos aprimorando, com campanhas, ações e ferramentas, que devem ser constantes, pois acreditamos que essa mudança é um processo contínuo e definitivo. Como resultado, em 2021, aumentamos em 2,5 p.p. a participação feminina em nosso quadro de colaboradores, passando a representar 17% do total e figurando entre os melhores balanços da indústria. Um avanço significativo que nos motiva a buscar patamares ainda melhores, pois, ainda estamos longe da divisão que consideramos ideal, reflexo também de uma indústria historicamente masculina. Em cargos de liderança a proporção de mulheres é mais alta, alcançando 1 mulher para cada 4,5 homens.

No campo do treinamento as horas investidas em treinamento e desenvolvimento por pessoa aumentaram ao equivalente a três vezes o investido em 2020. Além da adesão à Plataforma de Educação Edupass para funcionários e suas famílias, incentivando a educação ao disponibilizar mais de 150 mil cursos a preços acessíveis.

Em 2021 tivemos reconhecimento financeiro dado a 45% das pessoas, em dois ciclos de meritocracia realizados por meio da metodologia própria Key PePo, que analisa pessoas e posições-chaves.

### VIII. Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

Em 2021, foram distribuídos de forma antecipada ao acionista controlador R\$990 milhões em dividendos, além de R\$39 milhões em juros sobre capital próprio, relativos ao resultado do exercício social de 2021.

# Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas







2021





# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da InterCement Brasil S.A. São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

# Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos



procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

# Análise de recuperabilidade do ágio

Em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 13, a Companhia possui registrado ágio, gerado em combinações de negócios ocorridas em anos anteriores, no montante de R\$301.312 mil, na controladora e no consolidado, representando respectivamente 6,5% e 6,3% do total do ativo, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável com base em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento anual, adotadas pela administração. A metodologia e modelagem, utilizadas para a apuração do valor recuperável desses ativos, foram baseadas no fluxo de caixa descontado da Companhia, estimativa para a qual foram utilizadas pela administração premissas subjetivas, que envolvem razoável grau de julgamento, informações e condições econômicas e de mercado, taxas de desconto e risco país.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo e aos potenciais riscos ao resultado do exercício no caso de identificação de perdas ao valor recuperável desse ativo, além das incertezas inerentes à determinação da estimativa sobre os valores esperados de recuperação, dada a utilização de informações de mercado e o elevado grau de julgamento exercido pela administração, na determinação das premissas de seu cálculo. Uma mudança em alguma dessas premissas pode gerar um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas em avaliação para auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pela administração, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável do referido ágio. Nossos procedimentos também incluíram a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela administração da Companhia, e analisamos ainda a exatidão dos cálculos aritméticos e matemáticos. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia. Analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas.

Adicionalmente, comparamos o valor recuperável determinado pela administração da Companhia, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil do ágio e avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 13 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.



Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio, adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

# <u>Cláusulas restritivas incidentes sobre debêntures – "covenants"</u>

Em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 17, a Companhia possui registrado saldo de debêntures a pagar no montante de R\$2.691.542 mil, classificado no passivo não circulante, na controladora e no consolidado, representando, respectivamente, 57,7% e 55,9% do total do passivo e do patrimônio líquido naquela data. Essas debêntures estão sujeitas ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais ("covenants"), as quais são calculadas por meio de índices financeiros com base nas demonstrações financeiras consolidadas da própria Companhia e da holding do Grupo InterCement (InterCement Participações S.A.), que avaliza a transação. O descumprimento desses "covenants" poderia resultar na declaração de vencimento antecipado dessas debêntures e de outros empréstimos e financiamentos, por consequência, o que obrigaria a Companhia a pagar imediatamente os respectivos valores em aberto na data de eventual descumprimento, impactando de forma significativa sua posição patrimonial e financeira, motivo pelo qual consideramos o cumprimento dessas cláusulas restritivas como risco significativo para nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura e entendimento das cláusulas restritivas anuais ("covenants") dessas debêntures, incluindo aquelas da nova emissão realizada em 2021; (ii) análise e revisão do cálculo dos indicadores desses "covenants" efetuado pela administração, e; (iii) confirmação das cláusulas restritivas por meio de informações disponibilizadas pelo agente fiduciário dessas debêntures. Também avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 17 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas para a análise de cumprimento dos "covenants", adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

## Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 24, a Companhia possui registrado impostos diferidos ativos nos montantes de R\$846.477 mil, na controladora e no consolidado, representando, respectivamente, 18,2% e 17,6% do total do ativo naquela data, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado internamente pela administração, sobre a geração de lucros tributáveis futuros.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de



julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do potencial impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer sobre o valor dos impostos diferidos ativos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente. Analisamos e avaliamos as premissas e metodologia usadas pela administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos e matemáticos, bem como comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados da Companhia e consistentes com aquelas utilizadas nas projeções de recuperabilidade do ágio. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia, e analisamos informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas utilizadas na determinação dos lucros tributáveis futuros. Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos impostos diferidos ativos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos impostos diferidos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

## **Outros assuntos**

#### Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor



A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

# Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

# Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações



### financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências



éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2022.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Cezar Augusto Ansoain de Freitas Contador CRC-1SP246234/O-0



Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021 e 2020

# Índice

Balanços patrimoniais	.2
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Demonstrações do valor adicionado	3.
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	



# Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Nota Controladora		Consc	solidado	
	explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			
A.:								
Ativo								
Ativo circulante	•	224 = 4=	057.007	450.040	405.000			
Caixa e equivalentes de caixa	6	361.745	357.687	459.813	425.096			
Contas a receber de clientes	8	171.972	155.878	172.848	156.420			
Partes relacionadas	22	150.950	<del>-</del>	150.754				
Estoques	9	361.616	347.444	355.935	341.249			
Impostos a recuperar	10	68.706	39.347	69.952	40.265			
Outros ativos	-	27.924	37.702	28.180	37.680			
Total do ativo circulante		1.142.913	938.058	1.237.482	1.000.710			
Ativo não circulante								
Títulos e valores mobiliários	7	5.401	5.349	6.156	6.298			
Contas a receber de clientes	8	2.076	3.635	2.076	3.635			
Partes relacionadas	22	32.564	25.100	32.664	25.200			
Estoques	9	28.989	-	28.989	-			
Impostos a recuperar	10	125.449	48.970	125.449	48.970			
Depósitos judiciais	19	69.687	67.608	69.703	67.623			
Instrumentos financeiros derivativos	5 (b)	7.272	24.705	7.272	24.705			
Imposto de renda e contribuição social	3 (b)	1.212	24.700	1.212	24.700			
diferidos	24	640.564	_	640.564	_			
Outros ativos	2-7	57.624	30.278	58.886	31.430			
Propriedade para Investimentos		37.024	2.561	-	2.561			
Investimentos:		_	2.501	_	2.501			
Em controladas	11	273.373	259.075					
Outros	11	213.313	239.073	82	8			
Imobilizado	12	1.747.128	1.747.282	1.994.860	2.010.050			
Direito de uso em arrendamentos		131.200	224.663	136.904	224.727			
	14 (a)	131.200	224.003	130.304	224.121			
Intangível:	10	204 242	204 242	204 242	204 242			
Ágio	13	301.312	301.312	301.312	301.312			
Outros intangíveis	13	95.792	115.942	174.297	142.556			
Total do ativo não circulante		3.518.431	2.856.480	3.579.214	2.889.075			

Total do ativo **4.661.344** 3.794.538 **4.816.696** 3.889.785



	Nota	Controladora			olidado
	explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores	15	596.475	407.544	585.102	394.216
Empréstimos e financiamentos	16	23.457	13.667	23.457	13.667
Juros a pagar	16 e 17	22.667	6.108	22.667	6.108
Impostos e obrigações a pagar	18	103.333	160.442	107.226	164.084
Salários e encargos sociais		66.407	71.581	66.642	71.755
Dividendos a pagar	23 (e)	-	-	-	6.845
Adiantamentos de clientes		8.655	7.060	9.140	7.086
Partes relacionadas	22	-	67.877	-	67.877
Passivos de arrendamento	14 (b)	93.502	110.882	99.864	110.908
Outras obrigações	<u>-</u>	20.141	45.225	26.665	45.240
Total do passivo circulante	-	934.637	890.386	940.763	887.786
Passivo não circulante					
Debêntures	17	2.691.542	1.700.161	2.691.542	1.700.161
Empréstimos e financiamentos	16	18.713	40.918	18.713	40.918
Provisão para riscos tributários, cíveis e	10	10.7 10	10.010	10.7 10	10.010
trabalhistas	19	26.716	66.168	27.842	66.898
Provisão para reconstituição ambiental e					
descomissionamento de ativos	20	28.110	23.677	28.110	23.677
Impostos e obrigações a pagar	18	41.685	62.789	41.685	62.789
Imposto de renda e contribuição social					
diferidos	24	-	159.956	8.024	159.956
Passivos de arrendamento	14 (b)	55.258	131.777	55.283	131.815
Outras obrigações	_	78.340	81.302	122.926	118.649
Total do passivo não circulante	-	2.940.364	2.266.748	2.994.125	2.304.863
Patrimônio líquido					
Capital social	23 (a)	592.274	2.865.528	592.274	2.865.528
Reserva Legal	23 (a) 23 (b)	61.206	2.003.320	61.206	2.003.320
Reservas de lucros	23 (b)	2.624	_	2.624	_
Reservas de incentivos fiscais	23 (c)	130.147	117.619	130.147	117.619
Ajustes de avaliação patrimonial	20 (0)	92	92	92	92
Lucro (Prejuízos) acumulados		-	(2.345.835)	-	(2.345.835)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários	-		(=.0.10.000)		(=.0 10.000)
da controladora		786.343	637.404	786.343	637.404
Participação não controladores		-	-	95.465	59.732
Total do patrimônio líquido	-	786.343	637.404	881.808	697.136
•					
Total do passivo e patrimônio líquido	-	4.661.344	3.794.538	4.816.696	3.889.785
Total do passivo e patrillorilo liquido	=	7.001.077	U.1 UT.UUU	7.010.000	0.000.100



Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação, em reais)

		Controladora		Consolidado		
	Nota		2020		2020	
	explicativa	2021	(reapresentado	) 2021	(reapresentado)	
Receita líquida	25	3.159.687	2.413.713	3.152.677	2.402.608	
Custo das vendas e dos serviços	26	(2.516.727)	(2.224.459)	(2.368.312)	(2.104.071)	
Lucro bruto		642.960	189.254	784.365	298.537	
Receitas (despesas) operacionais Despesas administrativas e comerciais Equivalência patrimonial Outras receitas operacionais, líquidas	26 11 26	(261.321) 21.549 137.459	(211.168) 15.119 105.428	(269.000) 74 138.000	(217.699) - 105.336	
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		540.647	98.633	653.439	186.174	
Resultado financeiro Variação cambial Receitas financeiras Despesas financeiras	27 27 27	(4.795) 135.127 (248.149)	(23.159) 43.816 (211.849)	(4.795) 139.192 (260.085)	(23.154) 45.092 (220.359)	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		422.830	(92.559)	527.751	(12.247)	
Imposto de renda e contribuição social	24	801.285	(6.231)	786.520	(11.914)	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.224.115	(98.790)	1.314.271	(24.161)	
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a Controladora Não controladores		1.224.115 -	(98.790)	1.224.115 90.156	(98.790) 74.629	
Lucro (Prejuízo) básico/diluído por ação ON - R\$	29	2,97	(0,24)	2,97	(0,24)	



Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Conso	lidado
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.224.115	(98.790)	1.314.271	(24.161)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do período	1.224.115	(98.790)	1.314.271	(24.161)
Resultado abrangente atribuível a Participação controladora Participação não controladores	1.224.115	(98.790)	1.224.115 90.156	(98.790) 74.629



Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.865.528	-	-	117.619	92	(2.245.402)	737.837	57.822	795.659
Prejuízo do exercício		_	_	_	-	_	(98.790)	(98.790)	74.629	(24.161)
Dividendos pagos e propostos		_	-	-	_	_	-	-	(74.828)	(74.828)
Aumento de capital		-	_	-	_	-	_	_	` 466 <sup>′</sup>	` 466 <sup>′</sup>
Perdas com participação em controlada		-	-	-	-	-	(1.643)	(1.643)	1.643	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.865.528	-	-	117.619	92	(2.345.835)	637.404	59.732	697.136
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.224.115	1.224.115	90.156	1.314.271
Redução de capital para absorção do prejuízo	23 (a)	(2.228.216)	-	-	-	-	2.228.216	-	-	-
Redução de capital em decorrência da cisão parcial de acervo líquido	23 (a)	(45.038)	-	-	-	-	-	(45.038)	-	(45.038)
Redução da reserva de incentivo para	00 (-)				(447.040)		447.040			
absorção do prejuízo	23 (a)	-	-	-	(117.619)	-	117.619	(000 404)	- (E4 EE0)	(4.044.054)
Dividendos antecipados	23 (d)	-	-	-	-	-	(990.101)	(990.101)	(54.550)	(1.044.651)
Juros sobre o capital próprio antecipados Destinação:	s 23 (d)	-	-	-	-	-	(39.910)	(39.910)	-	(39.910)
Constituição de reserva legal Constituição de reserva de incentivos	23(b)	-	61.206	-	-	-	(61.206)	-	-	-
fiscais	23 (c)	_	_	_	130.147	_	(130.147)	_	_	_
Constituição de reserva de retenção de	(-)						()			
lucros	23 (b)	-	-	2.624	-	_	(2.624)	-	-	-
Perdas com participação em controlada	23 (d)	-	-	-	-	-	(127)	(127)	127	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		592.274	61.206	2.624	130.147	92	-	786.343	95.465	881.808



# Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

Note			Controladora		Conso	lidado
Lucro (Pepilizo) antes do imposto de renda e da contribuição social   Agustes para rescuridar o frendas de disposto de renda e da contribuição social com o catxa líquido gerado pelas (aplicado nas) atribuição social com o catxa líquido gerado pelas (aplicado nas) atribuição social com o catxa líquido gerado pelas (aplicado nas) atribuição social com o catxa líquido gerado pelas (aplicado nas) atribuição social com o catxa líquido gerado pelas (aplicado nas) atribuição social pelas de linea de la contribuição definito de suo em arrendamentos		Nota				
Ajustes pair a reconciliar o prejutzo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido de grado pelas (aplicado nas) strividades operacionais:  26 23.4.26 127.548 247.548 124.339 271.469 Depreciação, a montribuição e exaustão 26 106.885 108.343 113.344 108.383 Resultado de equivalência patrimonial 11 (21.5.49) (15.119) (74) 108.383 Resultado de equivalência patrimonial 11 (21.5.49) (15.119) (74) 42.044 Recuperação de impostos 26 e 27 (110.854) (50.999) (110.864) (50.999) Reversão de provisões para perfacte serventusis, líquidas 16.651 40.675 17.047 42.046 Recuperação de impostos 26 e 27 (110.854) (50.999) (110.864) (50.999) Reversão de provisões para perfacte serventusis, líquidas 26 (21.5.406) (110.854) (50.999) (110.864) (50.999) Repeatuação de rison bindroiges cambieis 62 (21.5.406) (22.5.	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Contribução social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades o peracionais:   26			422.830	(92.559)	527.751	(12.247)
Stribidades operacionals:						
Depreciaçia, amortização e exaustão   26   224.426   247.548   249.389   271.469   38.83   31.343   31.83   38.83   31.343   31.83   38.83   31.34   31.83   38.83   31.34   31.83   38.83   31.34   31.83   38.83   31.34   31.83   38.83   31.34   31.83   31.34   31.83   31.34   31.83   31.34   31.83   31.34   31.83   31.34   31.83   31.34   31.83   31.34   31.83   31.34						
Amortização direito de uso em arrendamentos   26   106.895   108.343   113.384   103.838   103		00	004 400	047.540	040 200	074 400
Resultado de equivalência patrimonial   11   121,549   151,119   17,44   42.084   Recuperação de impostos   26 e 27   110,854   (50.999)   110,854   (50.9						
Reversace de provisões para perdas eventuais, líquidas   26 e 27   110.854   (50.999)   110.854   (50.999)   110.854   (50.999)   110.854   (50.999)   110.854   (50.999)   110.854   (50.999)   110.854   (50.999)   110.854   (50.999)   110.854   (50.999)   110.854   (50.999)   110.854   (50.999)   110.854   (50.999)   124.052   (33.706   124.052   33.706   (34.300   32.005   32.005   (34.300   32.005   32.005   (34.300   32.005   32.005   (34.300   32.00						100.303
Recuperação de impostos   9   23.746   (50.999)   (110.854)   (50.999)   (120.854)   (50.999)   (120.854)   (50.999)   (120.854)   (120.552)   (120.		- ''				42 084
Provisia para perdias estoques   9   23.746   124.052   23.746   124.052		26 e 27				
Repactuação do fisco hidrólegico   -   -   -   -   -   -   -   -   -						
Gambon na venda de ativo imobilizado         26         (41.304)         (22.548)         (41.304)         (22.548)         26.2565         Ajuste ao valor recuperável         26         (23.3967)         22.628         24.216         22.635         Ajuste ao valor recuperável         26         (23.3967)         22.058         (100.385)         (22.085)         (81.876)         (81.876)         (82.352)         (81.876)         (82.085)         (81.876)         (82.085)         (83.876)         (80.985)         (80.9				-		-
Baixa de ativo imobilizado         26         23.957         22.88         24.216         22.635           Aguise ao valor recuperável         26         (28.352)         (81.876)         (28.352)         (81.876)           Redução (aumento) nos ativos operacionals:         22.058         (100.385)         22.098         (61.474)           Contas a receber de clientes         (15.715)         (106.260)         (15.805)         (80.905)           Estoques         (73.992)         (90.088)         (74.560)         (80.905)           Impostos a recuperar         (87.992)         (90.088)         (74.560)         (80.905)           Aumento (redução) nos passivos operacionais:         (67.4)         62.969         (2.655)         52.409           Partes relacionadas         (67.4)         62.969         (2.655)         52.409           Fornecedores         186.469         113.787         190.469         144.030           Salários e feñas a pagar         (57.14)         25.655         (51.13)         25.704           Fornecedores         19         (32.791)         (5.536)         (32.792)         (55.536)           Imposto de rediza e ornitainição, incluidas         19         (32.791)         (5.536)         (32.792)         (53.202)         (5			165.356	160.008		160.980
Ajusta ao valor recuperavale   26   (28.352)   (81.876)   (28.352)   (81.876)   (28.352)   (81.876)   (81.87	Ganho na venda de ativo imobilizado	26	(41.304)	(22.548)	(41.304)	(22.548)
Redução (aumento) nos ativos operacionalis:   22.088	Baixa de ativo imobilizado	26	23.967	22.628	24.216	22.635
Parties relacionadas		26	(28.352)	(81.876)	(28.352)	(81.876)
Contas a receber de clientes   (15.715) (106.260) (15.805) (106.953) (106.953)						
Estoques   (73.992) (90.088) (74.560) (89.005)						
Impostos a recuperar						
Outros ativos         (41.725)         15.697         (42.107)         14.499           Aumento (reducido) nos passivos operacionais:         8 (574)         62.999         (2.655)         52.409           Partes relacionadas         186.489         143.678         190.468         144.030           Salários e férias a pagar         (21.949)         5.586         (5.113)         25.704           Outras obrigações e contas a pagar         (21.949)         5.598         (7.705)         (19.341)           Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários         19         (21.791)         (5.536)         (32.792)         (5.536)           Impostos e obrigações a pagar         (44.818)         51.636         (48.145)         54.465           Imposto de renda e contribuição social pagos         (44.181)         (5.536)         (32.792)         (5.536)           Imposto de renda e contribuição social pagos         (151.528)         (120.188)         (51.988)         (51.988)         (64.201)         (10.2018)         (51.202)         (48.145)         (54.458)         (64.201)         (10.0018)         (64.201)         (10.0018)         (64.201)         (10.0018)         (15.202)         (12.0018)         (10.202)         (12.0018)         (10.202)         (10.202)         (10.202)         (						
Aumento (redução) nos passivos operacionais:   1574   62.969   (2.655   52.409   Partes relacionadas   186.469   143.678   190.469   144.030   Salários e férias a pagar   (5.174)   25.655   (5.113)   25.704   Olutras obrigações e contas a pagar   (1.949)   5.998   (7.705)   (19.41)   Provisão para niscos cíveis, trabalhistas e tributários   19   (32.791)   (5.536)   (32.792)   (5.536)   Impostos e obrigações a pagar   (4.181)   5.1636   (48.145)   54.465   Impostos e obrigações a pagar   (4.181)   1-						
Partes relacionadas   186.469   143.678   190.469   124.09   125.05   124.09   125.05   124.09   125.05   124.09   125.05   125.05   125.09   125.05   125.09   125.05   125.09   125.05   125.09   125.05   125.09   125.05   125.09   125.09   125.05   125.09   125			(41.725)	15.097	(42.107)	14.499
Proceedores   186.469			(574)	62 060	(2.655)	52.400
Salários e férias a pagar         (5.174)         25.655         (5.113)         25.704           Outras obrigações e contas a pagar         19         (32.791)         (5.536)         (32.792)         (5.536)           Impostos e obrigações a pagar         19         (32.791)         (5.536)         (32.792)         (5.536)           Impostos e obrigações a pagar         789.072         634.204         830.710         761.75           Imposto de renda e contribuição social pagos         (44.181)         -         (50.432)         (6.429)           Juros pagos         (44.181)         -         (50.432)         (6.429)           Recebimento de dividendos         16.624         17.997         -         -           Recebimento de dividendos operacionais         577.289         532.003         686.052         634.558           Fluxo de caixa das atividades de investimento         7         29         202         142         456           Aquisição de imobilizado         (249.181)         (199.699)         (249.708)         (200.426)           Aquisição de imobilizado         11         (9.500)         (2.500)         -         -         -           Aumento do investimento         11         (9.500)         (2.500)         -         -<						
Dutras obrigações e contas a pagar   (21,949)   5.598   (7.705)   (19,341)   Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários   19   (32,791)   (5,536)   (32,792)   (5,536)   (19,341)   (5,536)   (19,341)   (17,818)   (1,536)						
Provisão para riscos cliveis, trabalhistas e tributários   19   32,791   (5.536)   32,792   (5.536)   18,000   18,000   18,000   18,000   18,000   18,000   18,000   19,000						
Minostos e obrigações a pagar   147.818   51.636   148.145   54.465   759.072   634.204   890.710   761.175   759.072   634.204   890.710   761.175   759.072   759.		19				
Pagamento de caixa das atividades de investimento   11						
Juros pagos   154.226   120.188   154.226   120.188   16.624   17.987	1 0 3 1 0	-				
Recebimento de dividendos	Imposto de renda e contribuição social pagos		(44.181)	-	(50.432)	(6.429)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais         577.289         532.003         686.052         634.558           Fluxo de caixa das atividades de investimento         4         4         456         456         456         449.1811         (199.699)         (249.708)         (200.426)         456         4249.1811         (199.699)         (249.708)         (200.426)         426         429.1811         (199.699)         (249.708)         (200.426)         426         429.41811         (199.699)         (249.708)         (200.426)         420.426         420.426         420.427         (12.691)         420.60         42.234         12.586 <t< td=""><td>Juros pagos</td><td></td><td>(154.226)</td><td>(120.188)</td><td>(154.226)</td><td>(120.188)</td></t<>	Juros pagos		(154.226)	(120.188)	(154.226)	(120.188)
Fluxo de caixa das atividades de investimento   Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas   (52) 202 142 456   Aquisição de imobilizado   (249.181) (199.699) (249.708) (200.426)   Adições ao intangível   (10.025) (5.166) (28.417) (12.691)   Aumento do investimento   11 (9.500) (2.500)	Recebimento de dividendos	_	16.624	17.987	-	<u> </u>
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	=	577.289	532.003	686.052	634.558
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas	Eluvo de caiva das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado         (249.181)         (199.699)         (249.708)         (200.426)           Adições ao intangível         (10.025)         (5.166)         (28.417)         (12.691)           Aumento do investimento         11         (9.500)         (2.500)         -         -           Recebimento pela venda de ativo imobilizado         42.234         12.586         42.234         12.586           Empréstimos concedidos a partes relacionadas         (992.622)         -         (992.622)         -           Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento         (1.219.146)         (194.577)         (1.228.371)         (200.075)           Fluxo de caixa das atividades de financiamento Integralização de capital (minoritários)         -         -         466           Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures         (13.854)         (1.875.498)         (13.854)         (1.875.498)           Captação de Empréstimos, financiamentos e Debêntures         17         1.000.000         1.700.161         1.000.000         1.700.161           Gastos com emissões de debêntures         (9.223)         (22.536)         (9.223)         (22.536)           Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos         (14.1593)         -         (67.255)         -           Pagamento de juros s			(52)	202	142	456
Adições ao intangível (10.025) (5.166) (28.417) (12.691) Aumento do investimento do investimento do investimento pela venda de ativo imobilizado (25.000) (2.5						
Aumento do investimento Recebimento pela venda de ativo imobilizado Recebimento (992.622) Recebimento (992.622) Recebimento (992.622) Recebimento Recebimento (1.219.146) Recebimento Recebimento (1.219.146) Recebimento Recebimento (1.228.371) Recebimento Recebimento (1.228.371) Recebimento Recebimento Recebimento (1.228.371) Recebimento					` '	
Recebimento pela venda de ativo imobilizado   42.234   12.586   42.234   12.586   Empréstimos concedidos a partes relacionadas   (992.622)		11			-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento         (1.219.146)         (194.577)         (1.228.371)         (200.075)           Fluxo de caixa das atividades de financiamento Integralização de capital (minoritários)         -         -         -         466           Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures         (13.854)         (1.875.498)         (13.854)         (1.875.498)           Captação de Empréstimos, financiamentos e Debêntures         17         1.000.000         1.700.161         1.000.000         1.700.161           Gastos com emissões de debêntures         (9.223)         (22.536)         (9.223)         (22.536)           Partes relacionadas         22         (67.255)         -         (67.255)         -           Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos         (141.593)         -         (202.988)         (67.984)           Contraprestação de arrendamentos         14 (b)         (122.160)         (123.877)         (129.644)         (123.877)           Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento         645.915         (321.750)         577.036         (389.268)           Aumento de caixa e equivalentes de caixa         4.058         15.676         34.717         45.215           Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício         357.687 </td <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>42.234</td> <td>12.586</td>					42.234	12.586
Fluxo de caixa das atividades de financiamento Integralização de capital (minoritários)  Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures  Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures  17 1.000.000 1.700.161 1.000.000 1.700.161  Gastos com emissões de debêntures  18 22 (67.255) - (67.255) - (67.255) - (202.988) (67.984)  Contraprestação de arrendamentos  19 (11.593) - (202.988) (67.984)  Contraprestação de arrendamentos  10 (122.160) (123.877) (129.644) (123.877)  Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento  10 (120.988) (13.854) (13.854) (13.854) (13.854)  Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício  357.687 342.011 425.096 379.881			(992.622)	-	(992.622)	-
Integralização de capital (minoritários)		<del>-</del>	(1.219.146)	(194.577)	(1.228.371)	(200.075)
Integralização de capital (minoritários)	Fluvo de caiva das atividades de financiamento					
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures         (13.854)         (1.875.498)         (13.854)         (1.875.498)           Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures         17         1.000.000         1.700.161         1.000.000         1.700.161           Gastos com emissões de debêntures         (9.223)         (22.536)         (9.223)         (22.536)           Partes relacionadas         22         (67.255)         -         (67.255)         -           Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos         (141.593)         -         (202.988)         (67.984)           Contraprestação de arrendamentos         14 (b)         (122.160)         (123.877)         (129.644)         (123.877)           Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento         645.915         (321.750)         577.036         (389.268)           Aumento de caixa e equivalentes de caixa         4.058         15.676         34.717         45.215           Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício         357.687         342.011         425.096         379.881			_	_	_	466
Captação de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures       17       1.000.000       1.700.161       1.000.000       1.700.161         Gastos com emissões de debêntures       (9.223)       (22.536)       (9.223)       (22.536)         Partes relacionadas       22       (67.255)       -       (67.255)       -         Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos       (141.593)       -       (202.988)       (67.984)         Contraprestação de arrendamentos       14 (b)       (122.160)       (123.877)       (129.644)       (123.877)         Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento       645.915       (321.750)       577.036       (389.268)         Aumento de caixa e equivalentes de caixa       4.058       15.676       34.717       45.215         Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício       357.687       342.011       425.096       379.881			(13.854)	(1.875.498)	(13.854)	
Gastos com emissões de debêntures         (9.223)         (22.536)         (9.223)         (22.536)           Partes relacionadas         22         (67.255)         -         (67.255)         -           Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos         (141.593)         -         (202.988)         (67.984)           Contraprestação de arrendamentos         14 (b)         (122.160)         (123.877)         (129.644)         (123.877)           Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento         645.915         (321.750)         577.036         (389.268)           Aumento de caixa e equivalentes de caixa         4.058         15.676         34.717         45.215           Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício         357.687         342.011         425.096         379.881		17				
Partes relacionadas         22         (67.255)         - (67.255)         - (67.255)           Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos         14 (b)         (141.593)         - (202.988)         (67.984)           Contraprestação de arrendamentos         14 (b)         (122.160)         (123.877)         (129.644)         (123.877)           Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento         645.915         (321.750)         577.036         (389.268)           Aumento de caixa e equivalentes de caixa         4.058         15.676         34.717         45.215           Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício         357.687         342.011         425.096         379.881		• •				
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos         (141.593)         - (202.988)         (67.984)           Contraprestação de arrendamentos         14 (b)         (122.160)         (123.877)         (129.644)         (123.877)           Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento         645.915         (321.750)         577.036         (389.268)           Aumento de caixa e equivalentes de caixa         4.058         15.676         34.717         45.215           Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício         357.687         342.011         425.096         379.881		22		(==::::)		-
Contraprestação de arrendamentos       14 (b)       (122.160)       (123.877)       (129.644)       (123.877)         Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento       645.915       (321.750)       577.036       (389.268)         Aumento de caixa e equivalentes de caixa       4.058       15.676       34.717       45.215         Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício       357.687       342.011       425.096       379.881				-		(67.984)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa         4.058         15.676         34.717         45.215           Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício         357.687         342.011         425.096         379.881		14 (b)	(122.160)	(123.877)	(129.644)	(123.877)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 357.687 342.011 425.096 379.881	Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		645.915	(321.750)	577.036	(389.268)
	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	_	4.058	15.676	34.717	45.215
	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		357.687	342 011	425.096	379 881



Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Cont	roladora	Cons	olidado	
	2021	2020	2021	2020	
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.148.429	3.200.590	4.152.043	3.201.418	
Outras receitas	131.859	70.297	133.160	70.323	
Provisão para perdas de crédito esperada	(919)	1.413	(919)	1.413	
	4.279.369	3.272.300	4.284.284	3.273.154	
Income a devisidad da tanacina					
Insumos adquiridos de terceiros Produtos, mercadorias e serviços adquiridos	(2.218.491)	(1.818.388)	(2.206.558)	(1.815.316)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(452.772)	(411.137)	(2.200.338)	(275.670)	
Perda e recuperação de valores ativos	28.352	81.876	28352	81.876	
i cida e recuperação de valores ativos	(2.642.911)	(2.147.649)	(2.470.262)	(2.009.110)	
	(2.042.311)	(2.147.043)	(2.470.202)	(2.003.110)	
Valor adicionado bruto	1.636.458	1.124.651	1.814.022	1.264.044	
Depreciação, amortização e exaustão	(331.321)	(355.891)	(362.783)	(379.832)	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.305.137	768.760	1.451.239	884.212	
Nalan adiaismada masakida ana kasa afanta si					
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	21.549	15.119	74	_	
Receitas financeiras	140.884	40.804	144.948	42.080	
	162.433	55.923	145.022	42.080	
Valor adicionado total a distribuir	1.467.570	824.683	1.596.261	926.292	
Distribuição do valor adicionado	1.467.570	824.683	1.596.261	926.292	
Pessoal e encargos	302.884	262.734	303.836	263.313	
Impostos, taxas e contribuições	(324.233)	422.991	(298.600)	440.846	
Juros, aluguéis e outras despesas operacionais	264.804	237.748	276.754	246.294	
Remuneração de capitais próprios:					
Juros sobre o Capital Próprio	39.910	-	39.910	-	
Dividendos	990.101		990.101	-	
Lucro (prejuízos) retidos	194.104	(98.790)	194.104	(98.790)	
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	90.156	74.629	



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

# 1. Contexto operacional

A InterCement Brasil S.A. ("Companhia" ou "Grupo InterCement Brasil") está domiciliada na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladora final a InterCement Participações S.A., através da Intercement Trading e Inversiones S.A.

O Grupo InterCement Brasil possui 15 fábricas de cimento, 6 usinas de concreto e 02 unidades de agregados, todas localizadas no Brasil. Adicionalmente, a Companhia possui participações societárias em geradoras de energia elétrica na modalidade de autoprodutor.

# 1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021

## a) Registro de Companhia aberta na CVM

Em 14 de julho de 2021, a Companhia concluiu o registro de Companhia aberta na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), porém, não seguiu com a Oferta Pública de Ações na B3 S.A., devido a condições adversas do mercado naquele momento.

Essa foi uma oportunidade para a Companhia aprimorar o nível de governança em linha com as melhores práticas de mercado. Dentre as principais medidas destacamos: tornou o Conselho de Administração mais robusto com a nomeação de três novos conselheiros, dentre eles dois membros independentes; criou três comitês de assessoramento, vinculados ao Conselho, sendo: (i) Comitê de Auditoria, 100% composto por membros independentes, (ii) Comitê de Finanças e Estratégia, e (iii) Comitê de Governança, Pessoas e Sustentabilidade; e criou as áreas de Relação com Investidores (RI) e Controle Internos.

#### b) Cisão parcial

Em 28 de setembro de 2021, a controladora InterCement Brasil S.A. aprovou a cisão parcial de bens, direitos e obrigações da Companhia, ao valor contábil, com base no balanço patrimonial de 30 de junho de 2021, com versão do acervo líquido cindido para a companhia InterCement Participações Investimentos S.A. O acervo líquido cindido no montante de R\$45.038, que resultou na correspondente redução do capital social da Companhia, sem o cancelamento de ações, está representado pelos itens a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Valor contábil	Provisão para realização	Valor líquido
Ativo não circulante: Propriedades para investimento Terrenos (Nota 12)	2.158 58.189	(148) (15.775)	2.010 42.414
Edifícios (Nota 12) Máquinas e equipamentos (Nota 12) Direitos de exploração de minas (Nota 13) Ativo disponível para venda (outros ativos)	702 1.966 40.287 3.156	(1.786) (40.287) (320)	702 180 - 2.836
Passivo não circulante: Provisões ambientais (outras obrigações) Acervo líquido cindido	(3.104) 103.354	- (58.316)	(3.104) 45.038

## 1.2. Efeitos da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19)

Em 10 de março de 2020 e em 16 de abril de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu Ofício Circular nº 02/2020 e nº 03/2020 ("OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 e nº 03/2020"), respectivamente, sobre eventuais efeitos que o Coronavírus poderia trazer para os negócios das Companhias e seus respectivos reflexos nas demonstrações financeiras, no qual destaca a importância das Companhias Abertas e seus Auditores Independentes considerarem cuidadosamente os impactos da Covid-19 em seus negócios e os riscos e incertezas aos quais estão expostas. Referidas orientações foram reforçadas pela CVM nos Ofícios Circulares nº 01/2021 e 01/2022, emitidos respectivamente em 29 de janeiro de 2021 e 1º de fevereiro de 2022, que tratam de aspectos relevantes a serem observados na elaboração das Demonstrações Financeiras.

Neste sentido, a Companhia esclarece que, considerando as atuais informações e dados a respeito dos potenciais impactos da Pandemia da Covid-19 em suas atividades, entende não existir, neste momento, efeitos relevantes que impactem as demonstrações financeiras anuais, a continuidade dos negócios e/ou às estimativas contábeis.

Não obstante, a administração segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema, e seu efeitos nas principais estimativas e julgamentos contábeis críticos. Dentre os diversos riscos aos quais a Companhia pode ter exposição, destacam-se o risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e intangível, dos tributos diferidos e as obrigações contidas nos contratos de dívida (covenants).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:

A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia permanece acompanhando o cenário e avaliando eventuais impactos que poderiam causar reflexo na mensuração do valor recuperável dos ativos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia avaliou a recuperabilidade de seus ativos, avaliando seus planos de negócio para os próximos períodos considerando o cenário atual impactado pela COVID-19 e não identificou a necessidade de provisão para perda nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021.

# Cumprimento de obrigações contidas nos contratos de dívida (covenants)

Conforme nota explicativa nº 16, de acordo com os contratos vigentes, a Companhia avaliou os índices financeiros e concluiu que em 31 de dezembro de 2021 as cláusulas restritivas estavam adimplentes.

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

# 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

## i) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem as políticas estabelecidas na Legislação Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## ii) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

## iii) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia e suas controladas, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são reavaliados pelas taxas vigentes.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas, exceto variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão incluídas no custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos, com juros dos referidos empréstimos.

# 2.2. Bases de consolidação

### i) Entidades controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operações em conjunto.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas e operadas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

As participações em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia. A participação nessas sociedades está restrita ao percentual conforme contrato entre as partes, e consequentemente, à parcela da receita e de determinados custos e despesas, que a Companhia reconhece contabilmente, de forma proporcional à sua participação nessas operações.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### Consolidação

As informações consolidadas incluem as seguintes controladas e operações em conjunto:

	2021 Participação - %		2020 Participação - %	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Barra Grande Participações S.A. (a)	80,07	-	80,07	-
Comican - Companhia de Mineração Candiota (b)	97,59	-	96,51	-
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.	100,00	-	100,00	-
Estreito Participações S.A. (c)	80,82	-	80,82	-
Machadinho Participações S.A. (d)	80,15	-	80,15	-
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.	99,87	-	99,87	-
<u>Operação em conjunto</u> BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	9,00	-	9,00
<u>Consórcios</u> Consórcio Estreito Energia - CESTE Consórcio Machadinho	-	4,44 5,28	- -	4,44 5,28

- (a) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada Barra Grande Participações possui, 64.129.456 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 51.348.455 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 12.781.001 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto.
- (b) Em 28 de junho de 2020 e 14 de outubro de 2020, a Companhia aprovou o aumento de capital na controlada, Companhia de Mineração Candiota "Comican", de 17.850.000 ações e de 15.000.000 ações, respectivamente, integralizando o montante de R\$17.850, mediante créditos detidos contra esta mesma controlada, e R\$2.500 com aporte em caixa, e o restante a ser integralizado, no montante de R\$12.500, até junho de 2022. Com referido aumento de capital, a controlada Comican" passou a ter 33.850.000 ações sendo 33.370.000 ações ordinárias e 480.000 ações preferenciais. Em 2021, a Companhia integralizou capital o montante de R\$9.500 mediante aporte em caixa. Adicionalmente, houve o aumento de 1,08% no percentual de participação, visto que, o aporte de capital foi realizado apenas pela sócia InterCement Brasil S.A.
- (c) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada Estreito Participações possui, 181.597.485 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 146.769.168 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 34.828.317 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 75% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto.
- (d) Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a controlada Machadinho Participações possui, 31.795.658 ações escriturais e sem valor nominal, sendo 25.484.220 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal e 6.311.438 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas. Os acionistas detentores das as ações preferenciais, têm direito à dividendos prioritários equivalentes à 80% do lucro líquido auferido em cada exercício social, e não possuem direito de voto.

### ii) Participações em operações em conjunto ("joint operation")

Uma operação em conjunto é um acordo através do qual as partes detêm controle conjunto dos direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado em relação as decisões sobre as atividades relevantes e requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Quando uma entidade realiza atividades de operações em conjunto, o operador em conjunto reconhece os ativos, passivos, receitas e despesas em relação a sua participação.

Quando uma empresa realiza transações com suas controladas em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações da Companhia na controlada em conjunto.

## iii) <u>Ágio</u>

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda ao valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a unidade geradora de caixa Interment Brasil S.A, uma vez que a Companhia apresenta único segmento de negócios (cimentos).

A unidade geradora de caixa a qual o ágio foi alocado é submetida anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável do ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou prejuízo da alienação.

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na aplicação das práticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

## i) Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução a seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 13.

#### ii) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, amortização de intangíveis, provisão para perdas de bens paralisados, provisão para perda de crédito esperada, provisão para perdas e obsolescência dos estoques, provisão para reconstituição ambiental, descomissionamento de fábricas, imposto de renda e contribuição social diferidos e provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente.

### iii) Ativos imobilizados e intangíveis

A estimativa de vida útil média adotada pela Companhia é conforme segue: Vida útil média

Edificações e outras construções	31 anos
Máquinas e equipamentos	17 anos
Veículos	17 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Reservatório, barragens e adutoras	24 anos
Minas e jazidas	(*)
Bens vinculados à concessão	(**)
Gastos com desenvolvimento de projetos	5 anos
Direito de uso de software	5 anos



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (\*) A exaustão de minas e jazidas é feita: (a) com base na extração efetiva, em relação ao rendimento total esperado; ou (b) de forma linear, com base na vida útil definida para a mina (vida útil média 69 anos).
- (\*\*) Os bens vinculados a concessão são amortizados linearmente pelo período de concessão que se encerra em março de 2041 para a Companhia Barra Grande Participações S.A., e fevereiro de 2043 para a Companhia Estreito Participação S.A..

# 4. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

# 4.1. Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

As seguintes alterações de normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Normas	Data de início
IFRS 7 (CPC 40(R1)), IFRS 9 (CPC 48), IFRS 16 (CPC 06(R2)) e	01 de janeiro de 2021
IAS 39 (CPC 38) - Impacto da adoção inicial da das alterações da	
Reforma da Taxa de Juros de Referência	
IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Impacto da aplicação inicial da Alteração	30 de junho de 2021
à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas	
à Covid-19	

A Administração avaliou as respectivas alterações nos pronunciamentos e concluiu que não foram necessários ajustes nas demonstrações financeiras consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2021 em função das respectivas adoções.

# 4.2. Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A avaliação dos potenciais impactos nas demonstrações financeiras ainda não foi iniciada, mas considerando as atuais operações não se esperam impactos relevantes.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Normas	Data de inicio
•	IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros	01 de janeiro de 2023
•	Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01 de janeiro de 2023
•	Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual	01 de janeiro de 2022
•	Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01 de janeiro de 2022
•	Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01 de janeiro de 2022
•	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura	01 de janeiro de 2022
•	Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis	01 de janeiro de 2023
•	Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis	01 de janeiro de 2023
•	Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction").	01 de janeiro de 2023

### 5. Instrumentos financeiros

#### Política contábil

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo derivativos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras, não especulativas.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados conforme descritos a seguir:

### Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

No caso da Companhia esses ativos financeiros incluem saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, além de instrumentos financeiros derivativos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## Ativos financeiros a custo amortizado (CA)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais: e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No caso da Companhia esses ativos financeiros incluem as contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas.

# Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por outros resultados abrangentes se atender ambas as condições:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Atualmente a Companhia não apresenta instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

#### Conceito geral no reconhecimento dos ativos financeiros

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### Desreconhecimento de um ativo financeiro

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Companhia não transfere nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

## Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment")

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- (a) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço.
- (b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

## Passivos financeiros ao custo amortizado (CA)

Os passivos financeiros, incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos, fornecedores, e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação.

Referidos passivos financeiros estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

No caso da Companhia, esses passivos financeiros incluem os derivativos que sejam passivos, que devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## Desreconhecimento de um passivo financeiro

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de "hedge"; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de "hedge".

## Considerações sobre riscos relacionados aos instrumentos financeiros

#### Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contascorrentes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

## Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos, mútuos e debentures estão mencionadas nas Notas 16, 22 e 17, respectivamente. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 6.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez significa manter um nível adequado de recursos de caixa e contratar limites de crédito que não só garantam a prossecução normal das atividades da Companhia, mas também atendam às necessidades de quaisquer operações extraordinárias.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("covenants") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e suas controladas.

Os vencimentos dos instrumentos financeiros de empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores e passivos de arrendamentos são conforme segue:

	Até 1 ano	1-2 anos	3-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e					
debêntures	412.492	876.699	865.566	2.022.558	4.177.315
Fornecedores	585.102	-	-	-	585.102
Passivo de arrendamento	108.756	38.477	15.167	9.225	171.625
	1.106.350	915.176	880.733	2.031.783	4.934.042

#### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui instrumentos financeiros mensurados a valor justo, para os quais aplica-se a regra de hierarquia do valor justo, vide CPC 46/IFRS 9, para classificação nos três níveis de hierarquia a seguir:

- Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Note	Contr	oladora	Cons	olidado
	Nota	2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros					
Custo amortizado:					
Contas a receber de clientes (nível 2)	80	180.704	204.643	181.580	205.185
Partes relacionadas (nível 2)	22	183.514	25.100	183.418	25.200
Valor justo por meio do resultado:					
Equivalentes de caixa (nível 2)	06	361.745	357.687	459.813	425.096
Títulos e valores mobiliários (nível 2)	07	5.401	5.349	6.156	6.298
Instrumentos financeiros derivativos					
(nível 3)	5 (b)	7.272	24.705	7.272	24.705
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (nível 2)	17	2.722.761	1.706.177	2.722.761	1.706.177
Empréstimos e financiamentos (nível 2)	16	42.237	54.677	42.237	54.677
Fornecedores (nível 2)	15	596.475	407.544	585.102	394.216
Passivos de arrendamento (nível 2)	14.2	148.760	242.659	155.147	242.723
Partes relacionadas (nível 2)	22	-	67.877	-	67.877

## Valor justo dos instrumentos financeiros

i) Cálculo do valor justo (nível 1 e 2)

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados. Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável:

- (a) Os valores de caixa e equivalentes de caixa, títulos mobiliários, contas a receber, demais recebíveis, fornecedores e demais passivos circulantes se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras.
- (b) O valor justo de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas de juros de referência disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os principais valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021, os quais estão classificados nos Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de valor justo, estão demonstrados a seguir:

		Contro	oladora	Consc	lidado
	Nota	Custo amortizado	Valor Justo	Custo amortizado	Valor Justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado:					
Contas a receber de clientes (nível 2) - (a)	80	180.704	180.704	181.580	181.580
Partes relacionadas (nível 2) - (a)	22	183.514	183.514	183.418	183.418
Valor justo por meio do resultado:					
Equivalentes de caixa (nível 2) - (a)	06	361.745	361.745	459.813	459.813
Títulos e valores mobiliários (nível 2) - (a)	07	5.401	5.401	6.156	6.156
Passivos financeiros					
Custo amortizado					
Debêntures (nível 2) - (b)	17	2.722.761	2.776.866	2.722.761	2.776.866
Empréstimos e financiamentos (nível 2) - (b)	16	42.237	38.447	42.237	38.447
Fornecedores (nível 2) - (a)	15	596.475	596.475	585.102	585.102
Passivo de arrendamento (nível 2) – (b)	14.2	148.760	141.063	155.147	147.330

## ii) Cálculo do valor justo (nível 3)

De acordo com a Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, as Companhias devem divulgar em nota explicativa específica informações sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos. A técnica de avaliação para determinar a mensuração do valor justo das demonstrações financeiras categorizadas no Nível 3 da hierarquia de valor justo, que compreende as opções de derivativos das operações "Baesa"," Machadinho "e" Estreito ", foi o Black-Scholes. Os dados não observáveis significativos para a mensuração incluem: pagamentos de dividendos esperados com base em projeções de fluxos de caixa descontados; informações de benchmarking de volatilidade de entidades listadas comparativas, entre outros. Também usamos a técnica de avaliação de Monte Carlo para criar uma distribuição de probabilidade (ou avaliação de risco) na determinação do exercício das opções de venda, cujo pressuposto também foi utilizado na determinação do justo valor.

Com relação às operações com derivativos, a perda ou o ganho registrado, considerando os valores contábeis e de mercado, está assim demonstrado:

	Controladora e Consolidado							
	2021				2020			
	Valor de mercado			Valor de mercado				
Operação	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito Líquido	Valor nocional	Posição ativa	Posição passiva	Efeito Líquido
"Put options"(a)		7.272	-	(17.432)	-	24.705	-	8.093
Total	-	7.272	-	(17.432)	-	24.705	-	8.093

<sup>(</sup>a) Reconhecidos nas demonstrações do resultado nas linhas de receitas/despesas financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## Gestão do risco de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um "rating" de crédito adequado perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas consiste na dívida líquida e patrimônio líquido. A "dívida líquida" compreende empréstimos e financiamentos e debêntures menos caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários circulantes e derivativos. Os juros a pagar, operações de risco sacado (quando existentes) e os passivos de arrendamento não estão incluídos na dívida líquida.

## Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 descreve os riscos que podem gerar variações materiais no resultado da Companhia, a fim de apresentar 10%, 25% e 50% de apreciação/depreciação na variável de risco considerada.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- (a) Aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures indexados ao CDI;
- (b) Contas a receber e contas a pagar em moeda estrangeira.

Para a análise de sensibilidade do exercício de 31 de dezembro de 2021, a Companhia considerou a taxa de juros CDI projetado dos próximos 12 meses para sensibilidade de aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures a 11,59% (fonte BM&F Bovespa) e as cotações de mercado na data base de 31 de dezembro de 2021 para sensibilidade do saldo em moeda estrangeira. Os cenários considerados foram:

- Cenário I Provável: apreciação/depreciação de 10% das variáveis de risco utilizadas para precificação.
- Cenário II Possível: apreciação/depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação.
- Cenário III Remoto: apreciação/depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021 as sensibilidades são como segue:



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

				Cenário Consolidado			
Operação	Risco	3	2	1	1	2	3
		Alta 50%	Alta 25%	Alta 10%	Queda 10%	Queda 25%	Queda 50%
Exposição ao risco cambial							
Ativo:							
Contas a receber de clientes	Alta/queda do Dólar	859	429	172	(172)	(429)	(859)
Contas a receber partes relacionadas	Alta/queda do Dólar	2.994	1.497	599	(599)	(1.497)	(2.994)
Passivo: Fornecedores no exterior	Alta/queda do Dólar	(627)	(225)	(161)	161	225	627
Exposição a índices variáveis	<u>5</u>						
Aplicações financeiras: CDI	Alta/Queda do CDI	79.373	66.144	58.207	(58.207)	(66.144)	(79.373)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:	Alta/Queda do CDI	(480.695)	(400.579)	(352.510)	352.510	400.579	480.695

# 6. Caixa e equivalentes de caixa

## Política contábil

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## (a) Composição

Caixa e bancos Aplicações financeiras Total

Contro	Controladora		olidado
2021	2020	2021	2020
6.996	6.245	9.408	6.409
354.749	351.442	450.405	418.687
361.745	357.687	459.813	425.096



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## As aplicações financeiras são representadas como segue:

Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a) Operações compromissadas (b) Outros Total

Contro	oladora	Consolidado	
2021	2020	2021	2020
287.419	321.103	383.018	373.058
67.313	30.322	67.370	45.612
17	17	17	17
354.749	351.442	450.405	418.687

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, os certificados de Depósito Bancário CDBs, possuem rentabilidade entre 99% a 107% do CDI (96% a 125% em 31 de dezembro de 2020).
- (b) Em 31 de dezembro de 2021, as operações compromissadas possuem rentabilidade entre 70% a 93% do CDI (70% em 31 de dezembro de 2020).

## 7. Títulos e valores mobiliários

#### Política contábil

Os títulos e valores mobiliários incluem debêntures e depósitos em garantia (cauções), os quais são classificados a valor justo por meio de resultado.

## (a) Composição

	Control	Controladora		idado
	2021	2020	2021	2020
Debêntures (a)	<del>.</del>		61	257
Depósitos em garantia (b) Total	<u>5.401</u> 5.401	5.349 5.349	6.095 6.156	6.041 6.298
Total - classificado no circulante Total - classificado no não circulante	5.401	- 5.349	- 6.156	6.298

<sup>(</sup>a) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as debêntures, possuem remuneração de 4% a.a.

<sup>(</sup>b) A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás. No consolidado, inclui também depósitos em garantia da operação em conjunto BAESA e da controlada Estreito, com finalidade de constituir reserva para obrigações com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Fundação Nacional do Índio - FUNAI, respectivamente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 8. Contas a receber de clientes

#### Política contábil

Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, líquidos da provisão para perda de crédito esperada.

As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

O montante de provisão para perda de crédito esperada foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência médio, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber futuros.

## (a) Composição

Clientes dos mercados interno e externo
Classificadas no não circulante
Classificadas no circulante Provisão para perdas de crédito esperada Total líquido no circulante

Contro	Controladora		lidado
2021	2020	2021	2020
180.704	204.643	181.580	205.185
2.076	3.635	2.076	3.635
178.628 (6.656)	201.008 (45.130)	179.504 (6.656)	201.550 (45.130)
171.972	155.878	172.848	156.420



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (b) Vencimento

A vencer
Vencidos:
0 a 30 dias
31 a 60 dias
61 a 90 dias
91 a 180 dias
181 dias ou mais
Total

Contro	oladora	Conso	lidado
2021	2020	2021	2020
167.157	156.539	168.033	157.081
5.582	2.588	5.582	2.588
946	405	946	405
688	136	688	136
1.248	305	1.248	305
5.083	44.670	5.083	44.670
180.704	204.643	181.580	205.185

## (c) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperada

Saldo no início período Constituições/reversões, liquidas Montantes baixados no período como incobráveis Saldo no fim do período

Contro	ladora	Conso	lidado
2021	2020	2021	2020
45.130	48.252	45.130	48.252
919	(1.413)	919	(1.413)
(39.393)	(1.709)	(39.393)	(1.709)
6.656	45.130	6.656	45.130

## 9. Estoques

#### Política contábil

São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição ou produção. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). A perda estimada para redução ao valor realizável líquido considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Para os itens de almoxarifado (peças de manutenção) são apresentados nos estoques de curto prazo (circulante) apenas a parcela realizável nos próximos 12 meses, tendo como premissa o consumo médio anual. Dessa forma, os itens que excederem o saldo do consumo médio são classificados como não circulante.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (a) Composição

	Controlad	ora	Consolida	ado
	2021	2020	2021	2020
Produtos acabados	47.320	41.763	45.912	39.793
Produtos em elaboração	130.609	86.270	126.219	81.935
Matéria-prima	134.101	133.946	134.202	134.010
Combustíveis	126.458	54.251	126.458	54.297
Almoxarifado	87.954	96.080	87.970	96.080
Adiantamento a fornecedores	856	58.956	856	58.956
Estoque em trânsito (a)	-	22.496	-	22.496
Embalagem e outros	7.978	5.756	7.978	5.756
Provisão para realização (b)	(144.671)	(152.074)	(144.671)	(152.074)
Total	390.605	347.444	384.924	341.249
Circulante	361.616	347.444	355.935	341.249
Não circulante (c)	28.989	-	28.989	-

## (b) A movimentação da provisão para perdas de estoques

	2021	2020
Saldo no início do exercício	152.074	46.417
Constituições (d)	23.746	124.052
Baixas (e)	(31.149)	(18.395)
Saldo no fim do exercício	144.671	152.074

- (a) Refere-se à transação de importação de matéria-prima com a parte relacionada Intercement Trading e Inversiones, com cláusula contratual "incoterm" CFR (cost and freight custo e frete), onde a partir do momento em que a mercadoria cruza o navio, todos os benefícios e responsabilidades passam a ser do comprador. Em 31 de dezembro de 2021, todavia, não haviam estoques em trânsito desta ou qualquer outra natureza.
- (b) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões para ajuste ao valor de realização referem-se essencialmente a estoques de matéria-prima, peças de manutenção (almoxarifado) e estoques de fábricas paralisadas temporariamente.
- (c) Em 31 de dezembro de 2021 referem-se a estoques de almoxarifado que possuem previsão de consumo médio superior a doze meses. Devido a limitação da aplicação da política de almoxarifado, implementada em 2021, de forma retrospectiva, a Companhia adotou essa prática seguindo a abordagem prospectiva.
- (d) Em 31 de dezembro de 2021, as adições referem-se essencialmente a estoques de almoxarifado com baixo giro. Em relação a 31 de dezembro de 2020, as adições referem-se essencialmente a estoques de matéria-prima, pois a Companhia possuía até 1° de janeiro de 2021 contrato com cláusula "take or pay" para aquisição de escória bruta, sendo que após o encerramento do contrato, as condições de mercado tornaram o produto menos atrativo no mercado, fato que levou a Companhia a reavaliar os estoques e constituir a provisão no montante de R\$109.615, com a contrapartida no grupo do CPV (custo do produto vendido).
- (e) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as baixas referem-se às contabilizações das perdas efetivas de estoques descartados, bem como, venda de peças de manutenção para terceiros que estavam provisionadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 10. Impostos a recuperar

#### Política contábil

Correspondem aos impostos a recuperar decorrentes de créditos tributários obtidos nas compras de insumos, serviços e ativo imobilizado, pelos quais serão objeto de futura recuperação, assim como antecipações e/ou retenções de impostos e contribuições que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

Os impostos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados nos próximos 12 meses, de acordo com o plano orçamentário aprovado pela administração.

#### (a) Composição

	Contro	ladora	Conso	lidado
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social a recuperar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	10.917	8.944	11.152	9.229
- ICMS	25.118	27.419	25.118	27.419
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -				
COFINS a recuperar (a)	117.733	30.632	117.988	30.922
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre				
aplicações financeiras	3.842	1.127	4.590	1.462
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	23.481	6.874	23.482	6.874
Contribuição Previdenciária sobre Verbas				
Indenizatórias	12.605	13.161	12.609	13.161
Impostos antecipados e outros	459	160	462	168
Total	194.155	88.317	195.401	89.235
_	·			
Classificados no circulante	68.706	39.347	69.952	40.265
Classificados no não circulante	125.449	48.970	125.449	48.970

<sup>(</sup>a) Em 2018, a Companhia registrou PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$254.421, sendo R\$134.642 de principal e R\$119.780 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas rubricas de Outras receitas operacionais e Receitas financeiras, em decorrência do trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, pagos pela Cimpor Cimentos do Brasil (incorporada pela Companhia em dezembro de 2013) nos períodos de junho de 2005 a fevereiro de 2013. Em 2019, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa 1.911/2019 ("IN"), que limita aos contribuintes o aproveitamento do crédito de PIS e COFINS, criando uma expectativa de que a Receita Federal do Brasil somente homologaria a parte calculada de acordo com essa IN (incontroversa) do crédito. Diante deste fato, em dezembro de 2019, a Companhia alienou parte dos créditos a um fundo de investimento, referente à parcela incontroversa, na forma de precatórios e com deságio de aproximadamente 70%, pelo montante de R\$54.091, tendo provisionado a totalidade dos créditos remanescentes (parte controversa).

Em julho de 2020, a Companhia alienou esses créditos a um fundo de investimento, pelo montante de R\$131.000, gerando um ganho de R\$40.760, sendo R\$26.164 de principal e R\$14.596 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas linhas de outras receitas operacionais e de receitas financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal. Diante dessa decisão, a perspectiva de realização mudou, e, portanto, a Companhia registrou durante o segundo trimestre de 2021 a parte que era controversa do crédito de PIS e da COFINS no montante de R\$96.867, sendo R\$47.580 de principal e R\$49.287 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas linhas de outras receitas operacionais e de receitas financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 11. Investimentos

## Política contábil

Os investimentos em participações societárias são registrados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. No consolidado, as participações em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia de forma proporcional ao percentual de participação.

## (a) Composição

	Participação socia		Ações/cotas	possuídas	Patrimônio	o líquido		ultado kercício	Resulta equiva patrim	lência		o dos mentos
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controladas:												
Barra Grande Participações S.A. Companhia de Mineração	80,07	80,07	51.348.455	51.348.455	89.253	70.998	36.730	36.041	8.482	7.231	60.231	55.619
Candiota (a)	97,23	96,51	29.636.946	20.605.360	14.181	13.187	(8.506)	(5.925)	(8.262)	(5.160)	13.838	12.727
Estreito Participações S.A. Eco Processa Tratamento de	80,82	80,82	146.769.168	146.769.168	225.333	200.001	42.313	21.478	11.807	5.323	166.812	160.107
Resíduos Ltda.	100,00	100,00	700.000	700.000	234	268	(34)	(34)	(34)	(34)	233	268
Machadinho Participações S.A. Neogera Investimentos em	80,15	80,15	25.484.220	25.484.220	45.168	39.976	40.911	39.416	9.602	7.776	31.623	29.672
Inovação Ltda.	99,87	99,87	779.000	779.000	636	682	(46)	(16)	(46)	(17)	636	682
								_	21.549	15.119	273.373	259.075
Operações em conjunto: CCEscom Cement (b)	50,10	50,10	_	9.018	_	_	_	_	_	_	_	_
(-)	,	,						-	-	-	-	-
Total								-	21.549	15.119	273.373	259.075
								Classificad	os no ativo		273.373	259.075



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) Em 2020, a Companhia aprovou o aumento de capital na controlada, Companhia de Mineração Candiota "Comican conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2 (i) letra "h"
- (b) Em 30 de abril de 2016, a Companhia constituiu provisão para perda da totalidade de sua participação na controlada em conjunto CCEscom Cement, no montante de R\$8.205. Em 23 de junho de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a Intercement Participações S.A., para venda das ações da CCEscom Cement B.V., à Intercement Participações S.A. O valor da transação é de R\$1,00, não gerando perda ou ganho na transação.

As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

Barra Grande Participações S.A.: Companhia brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação na Companhia BAESA, que tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande ("UHE Barra Grande") e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A controlada Barra Grande adota o método de equivalência patrimonial para a contabilização desta operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas.

<u>Companhia de Mineração Candiota:</u> sociedade brasileira constituída em 07 de janeiro de 2008, com o objetivo de extração e comercialização de minerais não metálicos.

Neogera Investimentos em Inovação Ltda.: sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação.

Machadinho Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação no Consórcio Machadinho.

<u>Estreito Participações S.A.:</u> sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação no Consórcio CESTE.

#### (b) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2019	243.236
Aumento de capital (a)	20.350
Equivalência patrimonial	15.119
Dividendos recebidos (c)	(17.987)
Outras transações de capital (b)	(1.643)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	259.075
Aumento de capital (a)	9.500
Equivalência patrimonial	21.549
Dividendos recebidos (c)	(16.624)
Outras transações de capital (b)	(127)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	273.373

Controladora



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) Refere-se a aumento de capital na controlada Companhia de Mineração Candiota, mediante créditos retidos no ano de 2020 e aporte em caixa em 2021.
- (b) Perda na variação de participação referente a controlada Companhia de Mineração Candiota.
- (c) Refere-se a dividendos recebidos das controladas Barra Grande, Estreito Participações e Machadinho Participações, durante o ano de 2021, e das controladoras Barra Grande e Machadinho Participações, durante o ano de 2020.

## 12. Imobilizado

#### Política contábil

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O imobilizado em andamento representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Avaliação do valor recuperável (exceto ágio, classificado como intangível)

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido impairment, são revisados posteriormente para a análise de uma possível reversão do impairment, na data do balanço.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido a seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## (a) Composição

				Control	adora			
		202	21			20:	20	
	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido
Terrenos (d)	70.612	_	_	70.612	150.046	_	(27.310)	122.736
Edifícios	1.464.826	(855.457)	(65.276)	544.093	1.465.175	(847.225)	(59.866)	558.084
Máquinas e equipamentos (a	3.073.500	(2.281.049)	(90.292)	702.159	2.965.802	(2.212.994)	(73.512)	679.296
Veículos (a)	40.499	(37.655)	· -	2.844	52.724	(46.263)		6.461
Móveis e utensílios	18.562	(17.323)	(60)	1.179	20.034	(18.857)	(76)	1.101
Peças de reposição	39.641	(7.526)	(2.268)	29.847	41.663	(6.561)	(1.504)	33.598
Adiantamentos a fornecedores (e) Imobilizado em andamento	80.429	-	(31.707)	48.722	80.427	-	(31.705)	48.722
(b)	807.198	-	(465.675)	341.523	790.709	-	(499.985)	290.724
Outros	19.332	(13.183)	-	6.149	18.741	(12.155)	(26)	6.560
Total	5.614.599	(3.212.193)	(655.278)	1.747.128	5.585.321	(3.144.055)	(693.984)	1.747.282

				Consoli	dado				
		202	21		2020				
	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Depreciação	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	
Terrenos (d)	85.989	(5.560)	_	80.429	165.424	(5.075)	(27.310)	133.039	
Edifícios	1.479.362	(862.973)	(65.276)	551.113	1.480.202	(854.237)	(59.866)	566.099	
Máquinas e equipamentos (a)	3.202.729	(2.342.576)	(90.292)	769.861	3.094.720	(2.269.919)	(73.512)	751.289	
Veículos (a)	40.573	(37.725)	-	2.848	52.799	(46.332)	-	6.467	
Móveis e utensílios	18.715	(17.448)	(60)	1.207	20.227	(18.977)	(76)	1.174	
Reservatório, barragens e		, ,	, ,			, ,	` '		
adutoras	280.818	(119.134)	-	161.684	280.795	(109.678)	-	171.117	
Peças de reposição	39.641	(7.526)	(2.268)	29.847	41.663	(6.561)	(1.504)	33.598	
Adiantamentos a fornecedores (e)	80.429	-	(31.707)	48.722	80.427	-	(31.705)	48.722	
Imobilizado em andamento (b)	808.675	-	(465.675)	343.000	791.970	-	(499.985)	291.985	
Outros	19.358	(13.209)	-	6.149	18.768	(12.182)	(26)	6.560	
Total	6.056.289	(3.406.151)	(655.278)	1.994.860	6.026.995	(3.322.961)	(693.984)	2.010.050	

## (b) Movimentação

				Controladora							
		Movimentação 2021									
	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas (g)	Depreciações		Ajuste ao valor de realização(c)	Saldo 31/12/2021				
Terrenos	122.736	-	(79.435)	_	_	27.311	70.612				
Edifícios	558.084	17.097	(1.403)	(34.421)	10.058	(5.322)	544.093				
Máquinas e Equipamentos	679.296	109.329	(2.423)	(152.826)	85.564	(16.781)	702.159				
Veículos	6.461	-	(133)	(4.270)	786	•	2.844				
Móveis e utensílios	1.101	75	(24)	(397)	407	17	1.179				
Peças de reposição	33.598	5.343	(445)	(1.108)	(6.688)	(853)	29.847				
Adiantamentos a fornecedores	48.722	-	•	•	•	•	48.722				
Imobilizado em andamento	290.724	114.441	(180)	-	(97.770)	34.308	341.523				
Outros	6.560	-	(40)	(398)		27	6.149				
Total	1.747.282	246.285	(84.083)	(193.420)	(7.643)	38.707	1.747.128				



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

				Controladora							
		Movimentação 2020									
	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (f)	Ajuste ao valor de realização(c)	Saldo 31/12/2020				
Terrenos	125.375	-	(3.268)	_	851	(222)	122.736				
Edifícios	517.407	14.764	(7.141)	(41.645)	36.555	38.144	558.084				
Máquinas e Equipamentos	664.978	82.259	(10.210)	(157.852)	71.822	28.299	679.296				
Veículos	9.210	37	-	(4.542)	1.177	579	6.461				
Móveis e utensílios	1.110	255	-	(576)	246	66	1.101				
Peças de reposição	28.855	9.582	-	(412)	(4.893)	466	33.598				
Adiantamentos a fornecedores	48.654	-	(623)	-	-	691	48.722				
Imobilizado em andamento	251.314	96.264	-	-	(133.125)	76.271	290.724				
Outros	18.525	-	1.865	(1.002)	(12.854)	26	6.560				
Total	1.665.428	203.161	(19.377)	(206.029)	(40.221)	144.320	1.747.282				

		Consolidado									
	Movimentação 2021										
	Saldo 31.12.2020	Adições	Baixas (g)	Depreciações	Transferências (f)	Ajuste ao valor de realização (c)	Saldo 31/12/2021				
Terrenos	133.039	-	(79.435)	(485)	-	27.310	80.429				
Edifícios	566.099	17.196	(1.403)	(34.926)	9.469	(5.322)	551.113				
Máquinas e Equipamentos	751.289	110.010	(2.668)	(157.704)	85.715	(16.781)	769.861				
Veículos	6.467	-	(133)	(4.272)	786	•	2.848				
Móveis e utensílios	1.174	79	(29)	(399)	365	17	1.207				
Reservatórios, barragens e adutoras	171.117	12		(9.457)	12	-	161.684				
Peças de reposição	33.598	5.343	(445)	(1.108)	(6.688)	(853)	29.847				
Adiantamentos a fornecedores	48.722	-			-		48.722				
Imobilizado em andamento	291.985	114.195	(180)	-	(97.308)	34.308	343.000				
Outros	6.560	(26)	(41)	(371)	-	27	6.149				
Total	2.010.050	246.809	(84.334)	(208.722)	(7.649)	38.706	1.994.860				

		Consolidado								
	Movimentação 2020									
	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (f)	Ajuste ao valor de realização (c)	Saldo 31/12/2020			
Terrenos	136.234	-	(3.268)	(556)	851	-222	133.039			
Edifícios	525.843	14.764	(7.142)	(42.165)	36.655	38.144	566.099			
Máquinas e Equipamentos	741.122	82.258	(10.209)	(162.649)	72.468	28.299	751.289			
Veículos	9.225	37	(1)	(4.551)	1.178	579	6.467			
Móveis e utensílios	1.188	256	(5)	(580)	249	66	1.174			
Reservatórios, barragens e adutoras	181.559	-	-	(10.460)	18	-	171.117			
Peças de reposição	28.855	9.583	-	(414)	(4.892)	466	33.598			
Adiantamentos a fornecedores	48.655	-	(624)	· -	· -	691	48.722			
Imobilizado em andamento	252.617	96.989	-	-	(133.892)	76.271	291.985			
Outros	18.526	-	1.866	(1.002)	(12.856)	26	6.560			
Total	1.943.824	203.887	(19.383)	(222.377)	(40.221)	144.320	2.010.050			

- (a) Nas rubricas "Máquinas e equipamentos" e "Veículos" existem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto, por meio de contratos de financiamento (FINAME), que são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original corresponde a 90% do valor total dos bens e, em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 16, o saldo a pagar (FINAME) é de R\$2.816 (R\$4.966 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) Os saldos referem-se substancialmente a projetos para expansão de unidades e melhorias no processo produtivo, sendo que alguns desses projetos foram paralisados temporariamente e ajustados ao valor recuperável, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 12 (b) letra (c).
- (c) Na controladora, os saldos de provisão em 31 de dezembro de 2021 e 2020 referem-se principalmente a projetos e unidades paralisadas temporariamente, devido ao cenário econômico e ao momento do mercado de cimento no Brasil. Quando da recuperação do mercado, poderão retomar tais operações e investimentos, reavaliando a provisão determinada. As provisões compreendem principalmente saldos de imobilizado em andamento e adiantamentos a fornecedores. As reversões incorridas no período referem-se substancialmente a venda de alguns destes ativos, cisão parcial de determinados ativos não operacionais com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., reavaliação do laudo das unidades paralisadas e a depreciação do período.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (d) De acordo com o Contrato de Concessão, os terrenos vinculados às UHEs Barra Grande e Estreito, são depreciados linearmente pelo prazo de concessão, e passarão ao final da concessão a integrar o patrimônio da União.
- (e) Referem-se essencialmente a expansão das fábricas de Caxitu e Cezarina.
- (f) Refere-se à transferência dos ativos em andamento para as classes do imobilizado e/ou intangível.
- (g) As baixas do período incluem a cisão parcial de determinados ativos não operacionais com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., conforme mencionado na nota 1.1 (b).

## 13. Intangível

#### Política contábil

## Ativos intangíveis adquiridos separadamente

São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos ou outra base sistemática representativa do momento em que os benefícios econômicos são usufruídos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados periodicamente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

## Ativos intangíveis gerados internamente

Resultam de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) e são reconhecidos se demonstradas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo.
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, guando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições em combinação de negócio é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras. O ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação nesse sentido. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

## Direito de exploração de minas

Os custos relacionados a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados usando-se o método de exaustão de minas. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na extração e utilização, respectivamente, considerando-se as vidas úteis estimadas.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizadas agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

#### Softwares, desenvolvimento de projetos e outros

Os custos associados à aquisição de softwares, desenvolvimento de projetos e outros intangíveis são amortizados durante sua vida útil.

## Bens vinculados à concessão

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP.

O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## (a) Composição

Controladora 2020 Amortização e Ajuste ao valor de realização Ajuste ao valor de realização Amortização e Custo Valor líquido Custo Valor líquido exaustão exaustão (d) (d) 273.879 (187.878) (17.921)68.080 304.668 (153.619) (67.534)83.515 84.008 (72.199)(117)11.692 75.355 (66.654)(92)8.609 155.226 (150.797)(153)4.276 166.349 (153.670)12.571 30.679 (16.354)(2.581)11.744 27.609 (15.096)(1.266)11.247 543.792 (427.228) (20.772) 95.792 573.981 (389.039) (69.000) 115.942

Direitos de exploração de minas (a)
Direitos de uso de software
Gastos com desenvolvimento
de projetos
Marcas e patentes e outros

	Controladora									
		20	)21		2020					
Ágio:	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido		
CBC - Companhia Brasileira de										
Concreto (b)	102.633	-	-	102.633	102.633	-	-	102.633		
RA Participações de										
Investimentos Ltda. (b)	14.882	-	-	14.882	14.882	-	-	14.882		
Cia. Industrial e Mercantil de										
Cimentos S.A. (b)	75.801	-	-	75.801	75.801	-	-	75.801		
ncorporação da Goiás (c)	16.361	-	-	16.361	16.361	-	-	16.361		
ncorporação da Cimento										
Brumado (c)	59.983	-	-	59.983	59.983	-	-	59.983		
quisição de centrais de										
concreto (c)	8.794	-	-	8.794	8.794	-	-	8.794		
Outros	22.858	-	-	22.858	22.858	-	-	22.858		
<del>-</del>	301.312	-	-	301.312	301.312	-	-	301.312		
otal intangível Controladora	845.104	(427.228)	(20.772)	397.104	875.293	(389.039)	(69.000)	417.254		

Direitos de exploração de minas (a)
Bens vinculados à concessão
Direitos de uso de software
Gastos com desenvolvimento
de projetos
Marcas e patentes e outros

	Consolidado										
	20	21			20	20					
Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização (d)	Valor líquido				
323.630	(221.722)	(17.921)	83.987	344.511	(178.872)	(67.534)	98.105				
72.628	(10.160)	-	62.468	21.044	(9.154)	-	11.890				
84.129	(72.310)	(117)	11.702	75.472	(66.811)	(92)	8.569				
172.503	(168.073)	(153)	4.277	183.626	(170.945)	(108)	12.573				
31.030	(16.586)	(2.581)	11.863	27.961	(15.276)	(1.266)	11.419				
683.920	(488.851)	(20.772)	174.297	652.614	(441.058)	(69.000)	142.556				



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

				Consol	lidado			
		20	)21			20	020	
Ágio:	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido	Custo	Amortização e exaustão	Ajuste ao valor de realização	Valor líquido
CBC - Companhia Brasileira de								
Concreto (b)	102.633	-	-	102.633	102.633	-	-	102.633
RA Participações de								
Investimentos Ltda. (b)	14.882	-	-	14.882	14.882	-	-	14.882
Cia. Industrial e Mercantil de								
Cimentos S.A. (b)	75.801	-	-	75.801	75.801	-	-	75.801
Incorporação da Goiás (c)	16.361	-	-	16.361	16.361	-	-	16.361
Incorporação da Cimento	50.000			50.000	50.000			50.000
Brumado (c)	59.983	-	-	59.983	59.983	-	-	59.983
Aquisição de centrais de concreto (c)	8.794	_	_	8.794	8.794	_	_	8.794
Outros	22.858	_	_	22.858	22.858	_	_	22.858
<u> </u>	301.312	-	-	301.312	301.312	-	-	301.312
Total intangível Consolidado	985.232	(488.851)	(20.772)	475.609	953.926	(441.058)	(69.000)	443.868

# (b) Movimentação

Ágio Direitos de uso de software Direitos de exploração de minas Gastos com desenvolvimento de projetos Marcas e patentes e outros

	Controladora Movimentação 2021								
Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas (e)	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2020			
301.312	_	_	-	-	_	301.312			
8.609	2.857	(1)	(5.937)	6.189	(25)	11.692			
83.515	5.469	(40.287)	(34.734)	4.504	49.613	68.080			
12.571	-	-	(3.780)	(4.470)	(45)	4.276			
11.247	1.699	-	(1.303)	1.420	(1.319)	11.744			
417.254	10.025	(40.288)	(45.754)	7.643	48.224	397.104			

Ágio Direitos de uso de software Direitos de exploração de minas Gastos com desenvolvimento de projetos Marcas e patentes e outros

	Controladora  Movimentação 2020									
Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões		Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2020				
301.312	-	-	-	-	-	301.312				
2.073	5.088	-	(6.848)	8.245	51	8.609				
143.412	-	(121)	(25.771)	22.571	(56.576)	83.515				
12.720	-	-	(5.256)	5.191	(84)	12.571				
9.467	78	(76)	(1.216)	4.214	(1.220)	11.247				
468 984	5 166	(197)	(39 091)	40 221	(57 829)	417 254				



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Ágio
Direitos de uso de software
Direitos de exploração de minas
Gastos com desenvolvimento de
projetos
Marcas e patentes e outros
Bens vinculados à concessão

	Consolidado								
			Movimentação 202		<u>,                                      </u>				
Saldo em 31/12/2020	Adições (f)	Baixas (e)	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2021			
301.312	-	-	-	-	-	301.312			
8.568	2.857	(1)	(5.891)	6.194	(25)	11.702			
98.105	15.377	(40.287)	(43.325)	4.504	49.613	83.987			
12.573	-	_	(3.781)	(4.470)	(45)	4.277			
11.420	1.699	-	(1.358)	1.421	(1.319)	11.863			
11.890	51.584	-	(1.006)	-	` -	62.468			
443.868	71.517	(40.288)	(55.361)	7.649	48.224	475.609			

		Consolidado							
	Movimentação 2020								
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	Ajuste ao valor de realização (d)	Saldo em 31/12/2020		
Ágio	301.312	-	-	-	-	-	301.312		
Direitos de uso de software	2.037	5.088	-	(6.852)	8.244	51	8.568		
Direitos de exploração de minas	157.708	7.117	(121)	(28.981)	18.958	(56.576)	98.105		
Gastos com desenvolvimento de									
projetos	12.719	-	-	(5.253)	5.191	(84)	12.573		
Marcas e patentes e outros	9.651	78	(76)	(1.227)	4.214	(1.220)	11.420		
Bens vinculados à concessão	12.213	408	`-	(4.345)	3.614	` -	11.890		
-	495.640	12.691	(197)	(46.658)	40.221	(57.829)	443.868		
•									

- (a) Referem-se essencialmente a gastos com direitos minerários, licenciamentos e gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas. A vida útil foi divulgada na Nota Explicativa nº 3 (iii).
- (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas entidades, que já foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme Pronunciamento Técnico CPC 01 "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".
- (c) Referem-se à parcela de ágio decorrente da incorporação da Cimpor Cimentos Brasil S.A. Os ágios foram pagos na aquisição dessas entidades pela Cimpor Cimentos do Brasil S.A. e tais entidades foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme Pronunciamento Técnico CPC 01 "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".
- (d) Em 2020, a Administração revisou seu portfólio de ativos relacionados à concessão e o uso esperado de tais ativos no plano de negócios da época, tendo considerado que tais ativos não seriam mais recuperáveis no futuro, com consequente registro de perda por redução ao valor recuperável de R\$57.829 naquele exercício. Em 2021, a reversão refere-se essencialmente a cisão parcial de determinados ativos não operacionais, então provisionados, com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., conforme mencionado na nota 1.1 (b).
- (e) Referem-se essencialmente a cisão parcial de determinados ativos não operacionais com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., conforme mencionado na nota 1.1 (b).
- (f) Em 2021 as adições incluem a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, por meio da extensão do prazo de concessão do Uso do Bem Público (UBP) dos consórcios em 5 anos de Baesa, no montante de R\$24.400, e Estreito Participações, no montante de R\$18.700.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## (c) Perdas por redução ao valor recuperável do ágio

A Companhia anualmente ou quando há indicadores de redução ao valor recuperável revisa as premissas subjacentes para determinação do valor recuperável dos ativos líquidos, considerando a estimativa do fluxo de caixa futuro para os próximos 10 anos (ciclo do negócio) que refletem, entre outros, um conjunto de estimativas relacionadas ao crescimento de mercado, participação de mercado, investimentos e custos.

Na preparação das projeções de fluxo de caixa, a Administração considerou as melhores premissas disponíveis à partir de 31 de dezembro de 2021. A taxa de desconto utilizada foi calculada antes dos impostos e reflete riscos específicos relacionados com a UGC.

Ao avaliar essas melhores premissas, a Administração não encontrou necessidade de registrar provisões adicionais para perdas por redução ao valor recuperável.

		2021			2020	
Unidade geradora de caixa (UGC)	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real
Cimentos (vide nota 31)	301.312	13,53%	0,0%	301.312	11,08%	0,0%

## Análise de sensibilidade

Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de dezembro de 2021, a Companhia calculou o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos entre os ranges de 0,50% a 3,50% de redução/aumento no valor recuperável do ativo. A conclusão da Administração é que não há uma perda por redução ao valor recuperável.

## 14. Arrendamentos

## Política contábil

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados aplicando-se a taxa incremental nominal de captação (taxa de desconto). De acordo com alguns contratos de arrendamentos, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários; entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada ou outro tipo de reajuste de preço futuro.

A Companhia utiliza a taxa incremental nominal de captação pois as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros não podem ser prontamente determinadas.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem os pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos fixos em essência).

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou o preço é reajustado (por exemplo: reajuste anual com base em índice inflacionário ou outro índice de reajuste).

## (a) Composição - Direito de Uso

		Co	ontroladora								
	2021										
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final					
Imóveis Equipamentos de	7.903	6.426	-	(2.498)	(479)	11.352					
informática Máquinas e	451	1.653	-	(762)	-	1.342					
equipamentos	207.255	8.572	(2.931)	(101.808)	243	111.331					
Veículos	9.054	(72)	` -	(1.807)	-	7.175					
Total	224.663	16.579	(2.931)	(106.875)	(236)	131.200					



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora 2020										
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final					
Imóveis Equipamentos de	11.225	-	-	(1.783)	(1.539)	7.903					
informática Máguinas e	460	600	-	(609)	-	451					
equipamentos	222.924	91.512	-	(104.106)	(3.075)	207.255					
Veículos	11.340	-	(421)	(1.865)	-	9.054					
Total	245.949	92.112	(421)	(108.363)	(4.614)	224.663					

		C	onsolidado 2021			
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final
Imóveis Equipamentos de	7.923	6.426	-	(2.498)	(479)	11.372
informática Máguinas e	451	1.653	-	(762)	-	1.342
equipamentos	207.255	20.731	(2.931)	(108.327)	243	116.971
Veículos	9.098	(72)	-	(1.807)	-	7.219
Total	224.727	28.738	(2.931)	(113.394)	(236)	136.904

Consolidado 2020						
Categoria	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	Provisão para Perdas (c)	Saldo final
Imóveis Equipamentos de	11.245	-	-	(1.783)	(1.539)	7.923
informática Máguinas e	460	600	-	(609)	-	451
equipamentos	222.924	91.512	-	(104.106)	(3.075)	207.255
Veículos	11.411	-	(448)	` (1.865)́	` -	9.098
Total	246.040	92.112	(448)	(108.363)	(4.614)	224.727



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## (b) Composição - Passivo de arrendamento

		Contro	ladora			
		202	21			
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis Equipamentos de	10.193	6.426	-	(3.641)	1.395	14.373
informática	456	1.653	-	(802)	48	1.355
Máquinas e equipamentos	222.206	8.572	(2.931)	(115.306)	12.400	124.941
Veículos	9.804	(72)	-	(2.411)	770	8.091
Total	242.659	16.579	(2.931)	(122.160)	14.613	148.760

Classificado no circulante 93.502 Classificado no não circulante 55.258

Controladora						
		202	20			
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	11.648	-	_	(2.395)	940	10.193
quipamentos de informática	477	600	-	(653)	32	456
Máquinas e equipamentos	231.621	91.512	-	(118.339)	17.412	222.206
Veículos	11.792	-	(421)	(2.490)	923	9.804
Total	255.538	92.112	(421)	(123.877)	19.307	242.659

Classificado no circulante 110.882 Classificado no não circulante 131.777

		Conso	lidado			
		202	21			
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis Equipamentos de	10.222	6.426	-	(3.641)	1.395	14.402
informática	457	1.653	-	(802)	48	1.356
Máquinas e equipamentos	222.180	20.731	(2.931)	(122.790)	14.048	131.238
Veículos	9.864	(72)	-	(2.411)	770	8.151
Total	242.723	28.738	(2.931)	(129.644)	16.261	155.147

Classificado no circulante 99.864 Classificado no não circulante 55.283



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado						
		20:	20			
Categoria	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	Juros	Saldo final
Imóveis	11.677	-	_	(2.395)	940	10.222
quipamentos de informática	478	600	-	(653)	32	457
Máquinas e equipamentos	231.621	91.512	-	(118.365)	17.412	222.180
Veículos	11.853	-	(448)	(2.464)	923	9.864
Total	255.629	92.112	(448)	(123.877)	19.307	242.723

Classificado no circulante 110.908 Classificado no não circulante 131.815

- (a) Incluem adições de novos contratos. As atualizações de índices devidos sobre os passivos de arrendamento são registradas de acordo com cada contrato, ocasionando impactos de ajuste a valor presente de passivos de arrendamento e direitos de uso em arrendamentos. Adicionalmente, nas datas de aniversário dos contratos, inclui a remensuração de ativos e passivos dos pagamentos variáveis considerados como pagamentos fixos em essência. Estas atualizações, quando ocorrem, não impactam o resultado, apenas as rubricas patrimoniais.
- (b) Contratos encerrados antecipadamente.
- (c) Referem-se a provisões de contratos de ativos arrendados relacionados a armazenagem e movimentação de matéria-prima (escória bruta). Considerando que tais ativos não geram benefício econômico futuro, conforme citado na Nota Explicativa nº 9.d, a Companhia avaliou e constituiu provisão para realização dos direitos de uso relacionados ao arrendamento do imóvel e dos equipamentos. Durante o ano de 2021, as adições referem-se substancialmente ao efeito de reajustes contratuais e as reversões ao efeito da amortização destes ativos.

## (c) Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2021, o cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento no consolidado reconhecidos no passivo não circulante é conforme segue:

Ano	Fluxo Bruto	Juros embutidos	Passivo de Arrendamento
0000	00 504	(0.074)	05.400
2023	38.501	(3.371)	35.130
2024	9.224	(1.520)	7.704
2025	5.944	(1.018)	4.926
2026>	9.225	(1.702)	7.523
Total	62.894	(7.611)	55.283

## (d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$15.875 na Controladora e no Consolidado (R\$24.750 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

# (e) Informações referente aos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados e, estimativa dos saldos inflacionados.

Fluxo real Passivo de arrendamento Juros embutidos

<u>Consolic</u>	<u>lado</u>	<u>Controladora</u>		
2021	2020	2021	2020	
171.675	267.573	164.585	267.509	
(16.528)	(24.850)	(15.825)	(24.850)	
155.147	242.723	148.760	242.659	

Fluxo inflacionado Passivo de arrendamento Juros embutidos

Consolid	lado	Controlado	<u>ora</u>
2021	2020	2021	2020
183.445	286.053	175.869	285.985
(19.252)	(27.601)	(18.434)	(27.601)
164.193	258.452	157.435	258.384

## 15. Fornecedores

#### Política contábil

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante em função dos pagamentos vencerem em até 12 meses. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia.

As operações de risco sacado com fornecedores são negociações junto a instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores a antecipação dos recebíveis decorrente de vendas de mercadorias. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação não é obrigatória.

#### (a) Composição

Nacionais Nacionais - Risco sacado (a) Estrangeiros

Contro	Controladora		lidado
2021	2020	2021	2020
334.053	253.277	322.680	239.948
260.804	108.430	260.804	108.430
1.618	45.837	1.618	45.838
596.475	407.544	585.102	394.216

<sup>(</sup>a) As taxas de juros praticadas pelos bancos juntos aos fornecedores estão entre 0,66% a 1,21% a.m. em 2021 (0,60% a 0,89% a.m. em 2020).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## 16. Empréstimos e financiamentos

#### Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período superior a três meses para ficarem prontos para uso, são acrescidos ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou para a venda.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

## (a) Composição

Os saldos demonstrados referem-se a controladora e consolidado.

Modalidade/Instituição financeira	Encargos	Vencimento até	2021	2020
Moeda nacional:	0.040/	B   1 0004		05.440
Banco do Brasil S.A. (a)	2.94% a.a.	Dezembro de 2024	26.580	35.440
FINAME (b)	2,50% a 10% a.a.	Novembro de 2023	2.816	4.966
Itaú BBA - Fomentar (c)	Parcela fixa	Dezembro de 2022	12.841	14.271
Total			42.237	54.677
Classificados no circulante - juros (apres	67	92		
Classificados no circulante - principal	23.457	13.667		
Classificados no não circulante - principa	18.713	40.918		

- (a) Linha de crédito para ampliação de fábrica na cidade de Cezarina, Estado de Goiás. Esse empréstimo exige que a Companhia mantenha o saldo de contas a receber de clientes equivalente a no mínimo 20% do valor da dívida atualizada.
- (b) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, conforme nota explicativa 12 (a).

Em 28 de dezembro de 2006, conforme instrumento de cessão de crédito assinado entre a Companhia e o Banco Itaú BBA S.A., foi transferido o título dos créditos relativos à aquisição do incentivo fiscal Fomentar da Cimpor Brasil Participações Ltda., por R\$18.000, para o Banco Itaú BBA S.A., cuja dívida nominal e pré-fixada correspondia a R\$57.772, com desconto de R\$39.772, o qual será liquidado pela Companhia sem correção. A dívida da Companhia foi descontada a valor presente de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, considerando a taxa de oportunidade de 15,34% ao ano, a ser liquidada em parcelas anuais e sucessivas até 2022.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## (b) Movimentação

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	268.487
Pagamentos	(221.843)
Juros	8.033
Saldo em 31 de dezembro de 2020	54.677
Pagamentos	(14.898)
Juros	2.458
Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.237

## (c) Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas classificadas no passivo não circulante (principal) têm o cronograma de vencimento conforme segue:

Exercício	Controladora e Consolidado
2023 2024	9.874
Z024 Total	8.839 18.713

## 17. Debêntures

#### Política contábil

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquidas do custo de transação e posteriormente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos.

## (a) Composição

	Controladora e Consolidado			
	Encargos anuais	Vencimento final	2021	2020
Debêntures (a) e (b) Custos a apropriar (b) Total	100% da taxa DI +3,75% a.a.	Junho de 2027 Junho de 2027	2.722.761 (8.619) 2.714.142	1.706.177 - 1.706.177
Classificados no circulante - juros (apresentados como "Juros a pagar") Classificados no não circulante – principal Classificados no não circulante – custos a apropriar			22.600 2.700.161 (8.619)	6.016 1.700.161 -



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) Em 8 de junho de 2020, a Companhia emitiu 1.700.161 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em nove séries, no valor unitário de R\$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. Os recursos provenientes dessa emissão foram convertidos integralmente para liquidação de debêntures antigas (primeira e segunda emissão), e para pagamento de outros empréstimos e financiamentos que possuíam prazos de vencimento inferiores à nova captação. Os custos com a emissão da dívida no montante de R\$22.536 foram reconhecidos diretamente no resultado do período. O reconhecimento como despesa foi realizado de acordo com o CPC 48 que determina que quando um instrumento de dívida é contabilizado como uma extinção da dívida original, as taxas incorridas devem ser imediatamente reconhecidas como parte do ganho ou perda na extinção.
- (b) Em 30 de setembro de 2021, a Companhia emitiu 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em nove séries, no valor unitário de R\$1.000,00. As debêntures são remuneradas a 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,75% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente sem carência, e o principal em parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento em junho de 2023 e o último na data de vencimento em junho de 2027. Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R\$9.223 e são apropriados ao resultado durante o período da dívida.

#### (b) Condições restritivas

Os contratos exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, em que os índices financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas da InterCement Participações S.A., sempre em 31 de dezembro de cada ano, e a captação está garantida por aval.

Para as debêntures emitidas em 2020, a Companhia firmou, juntamente com a holding do grupo InterCement Participações S.A., acordo com os detentores das debêntures para o cumprimento de um limite de dívida bruta de €1.800.000 mil, medido em 31 de dezembro de 2020 segundo as demonstrações financeiras consolidadas da holding, que foi atendido. Nos anos seguintes, o covenant financeiro muda do limite de dívida bruta para a alavancagem líquida, a ser medida através da relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado seguindo também as demonstrações financeiras consolidadas da holding. Em 2021, o limite é 5,85X; passando a 5,35X em 2022; 4,85X em 2023; 3,85X em 2024 e 3,35X de 2025 até 2027.

Adicionalmente, as debêntures emitidas em 30 de setembro de 2021, possuem cláusulas restritivas ("covenants financeiros ICB"), que são medidas segundo as demonstrações financeiras da própria Companhia e em conjunto com as cláusulas restritivas citadas acima.

Os índices financeiros são calculados com base nas demonstrações financeiras anuais da InterCement Brasil S.A. (ICB), sempre em 31 de dezembro de cada ano. O *covenant* financeiro é calculado com base na alavancagem líquida, a ser medida através da relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado. Em 2021, o limite é 3,25X; passando a 3,00X em 2022; 2,75X em 2023; 2,50X em 2024 e 2,00X de 2025 até 2027.

Para efeito de determinação do EBITDA ajustado a Companhia utiliza as seguintes métricas: resultado líquido do exercício acrescidos de (i) receitas (despesas) financeiras, (ii) impostos sobre o lucro e custos e despesas com depreciação e amortização (iii) mais ou menos perda e reversão por redução ao valor recuperável, mais ou menos despesas não recorrentes.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as cláusulas restritivas das debêntures estavam adimplentes.

## (c) Movimentação

A movimentação das debêntures na controladora e consolidado é demonstrada como segue:

Controladora e

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.691.032
Novas debêntures	1.700.161
Pagamentos	(1.773.843)
Juros	88.827
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.706.177
Novas debêntures	1.000.000
Custos de emissão	(9.223)
Custo amortizado	605
Pagamentos	(149.134)
Juros	165.717
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.714.142

## (d) Cronograma de vencimento

Em 31 de dezembro de 2021, as parcelas classificadas no passivo não circulante (principal) têm o cronograma de vencimento conforme segue:

Exercício	Controladora e Consolidado
2023	479.999
2024	550.675
2025	667.794
2026	667.794
2027	333.899
Total	2.700.161

## 18. Impostos e obrigações a pagar

A Companhia está sujeita a diferentes impostos e contribuições, tais como tributos municipais, estaduais e federais, taxas regulatórias e imposto de renda, entre outros, que representam despesas para a Companhia, além de parcelamentos fiscais e outras obrigações legais.

Os impostos a recolher mantidos no circulante estão previstos para serem pagos nos próximos 12 meses, de acordo com o vencimento destas obrigações.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## (a) Composição

	Controladora		Consol	idado
	2021	2020	2021	2020
ICMS	30.156	30.434	30.413	30.916
PIS/COFINS	3.386	1.367	4.561	2.599
IR retido	3.605	2.517	3.613	2.518
IRPJ / CSLL	-	-	2.075	_
ISS	1.430	1.486	1.525	1.562
Impostos parcelados (a)	78.297	104.103	78.297	104.103
Obrigação legal (b)	20.330	78.371	20.330	78.371
Outros	7.814	4.953	8.097	6.804
	145.018	223.231	148.911	226.873
Classificados como circulante	103.333	160.442	107.226	164.084
Classificados como não circulante	41.685	62.789	41.685	62.789

- (a) Durante o início da pandemia, a Companhia adotou medidas preventivas de postergação de pagamentos de tributos estaduais sobre a receita, referentes ao período de março a dezembro de 2020. Esses parcelamentos referem-se a impostos estaduais (ICMS) firmado em conjunto com vários estados, em até 60 parcelas mensais com término em novembro de 2025 cujo montante de R\$58.285 encontra-se em aberto em 31 de dezembro de 2021 (R\$77.416 em 2020). A Companhia também apresenta parcelamentos de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, Pis e Cofins) firmados em conjunto com a Receita Federal do Brasil RFB de anos anteriores, cuja parcela final tem previsão término em novembro de 2024 no montante de R\$20.012 em 31 de dezembro de 2021 (R\$26.687 em 2020).
- (b) Refere-se substancialmente a obrigação legal dos impostos federais (IRPJ e CSLL) na qual a Companhia possui uma Liminar Judicial nº 0012852-21.2010.403.6100, que assegura o não recolhimento do IRPJ e CSLL sobre os juros moratórios, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas com terceiros, sobre receitas decorrentes da atualização monetária sobre a restituição de tributos pagos indevidamente ou a maior, e aos valores depositados judicialmente ou administrativamente. Em 2021, o Supremo Tribunal Federal -STF julgou inconstitucional a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário, e, portanto, a Companhia registrou uma reversão de R\$72.482 a título de obrigação legal (sendo R\$63.223 a título de IRPJ e CSLL corrente e R\$9.259 a título de atualização monetária). Adicionalmente, a provisão será mantida para a matéria que assegura o não recolhimento do IRPJ e CSLL sobre os juros moratórios, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas com terceiros, haja vista que esse tema não foi abordado na decisão do SFT, e apresenta incertezas sobre o tratamento fiscal destes impostos (interpretação ICPC 22/IFRIC 23).

# 19. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

#### Política contábil

Reconhecida quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente, resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários, tributários e outros. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de riscos conhecidos, avalia as chances de perdas prováveis e ajusta as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício. Com relação as incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC22/IFRIC23), as provisões são constituídas quando é mais provável ("more likely than not") que os tratamentos fiscais não sejam aceitos pelas autoridades fiscais, sendo as demais incertezas sobre o lucro divulgadas.

## (a) Composição

A provisão para riscos é composta como segue:

Trabalhistas e previdenciários (a) Tributários (b) Cíveis e outros (c) Depósitos judiciais (d)

Total

Contro	ladora	Conso	dado	
2021	2020	2021	2020	
25.307	36.519	25.405	36.612	
5.004	26.029	5.010	26.029	
7.268	13.489	8.290	14.126	
37.579	76.037	38.705	76.767	
(10.863)	(9.869)	(10.863)	(9.869)	
26.716	66.168	27.842	66.898	

- (a) Referem-se a processos que tratam principalmente de ações indenizatórias diversas, decorrentes de rescisão de contrato de trabalho.
- (b) Em 2021 referem-se, substancialmente, a processos judiciais e administrativos relacionados a; (i) CFEM: Ausência de recolhimento; (ii) IRPJ/CSLL: Descumprimento de obrigação acessória; (iii) PIS/COFINS: Frete entre indústria e distribuidor. Em 2020 referem-se, substancialmente, a processos judiciais e administrativos relacionados i) ICMS ausência de recolhimento e tomada de crédito indevido em operações diversas; (ii) ICMS Importação por conta e ordem de terceiro, realizadas através de Trading; (iii) Contribuição Previdenciária ausência de recolhimento de adicional da contribuição em decorrência da exposição dos trabalhadores a agentes nocivos; (iv) IRPJ/CSLL, PIS/COFINS compensações não homologadas de créditos recolhidos a maior; (v) ISS ausência de recolhimento em prestações de serviços diversos; (vi) IPTU majoração da base de cálculo, e (vii) honorários sucumbenciais devidos à Fazenda Nacional sobre o insucesso em demandas ativas. A principal redução no ano refere-se ao encerramento de uma disputa judicial no valor de R\$18.822 referente a ausência no recolhimento de ICMS e créditos indevidos tomados em diversas operações, incluindo importações de mercadorias e ativos fixos. A companhia encerou essa disputa com o pagamento no valor de R\$14.897, gerando um ganho (reversão do excesso de provisão) de R\$3.925 reconhecido no exercício.
- (c) Referem-se a processos que tratam principalmente de ações indenizatórias diversas, decorrentes de rescisão contratual, acidentes de trânsito, acidentes de trabalho, instituição de servidão de passagem de teleférico e compensação ambiental.
- (d) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

Trabalhistas e previdenciários Tributários Cíveis e outras Total

Controladora e Consolidado			
2021 2020			
5.373	5.223		
4.255	3.537		
1.235	1.109		
10.863	9.869		



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### Depósitos não atrelados à provisão para riscos

Depósitos trabalhistas e previdenciários Depósitos tributários Depósitos cíveis Total

Contro	ladora	Consolidado	
2021	2020	2021	2020
12.898	17.478	12.900	17.479
56.612	48.730	56.612	48.730
177	1.400	191	1.414
69.687	67.608	69.703	67.623

(b) Processos com probabilidade de perda consideradas possíveis e divulgações complementares relacionadas a incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R\$5.989.545 (R\$6.052.042 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$75.163 de contingências trabalhistas (R\$65.165 em 31 de dezembro de 2020), R\$4.871.430 de contingências tributárias, incluindo as incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro de acordo com a avaliação do ICPC22/IFRIC 23 (R\$5.014.355 em 31 de dezembro de 2020), R\$1.042.374 de contingências cíveis (R\$972.079 em 31 de dezembro de 2020) e R\$578 de processos administrativos de outras naturezas (R\$443 em 31 de dezembro de 2020), conforme opinião dos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como probabilidade de perda possível, são conforme segue:

## Tributárias

Referem-se, substancialmente, a processos administrativos e judiciais relacionados a (i) PIS/COFINS - ausência de oferecimento à tributação de receita de juros sobre capital próprio; (ii) PIS/COFINS - crédito indevido decorrente de despesa com frete nas transferências de mercadorias entre estabelecimento industrial e distribuidor; (iii) PIS/COFINS - compensação não homologada em decorrência de créditos insuficientes de CSLL por dedução indevida da base de cálculo (iv) ICMS - ausência de recolhimento em operações diversas; (v) ICMS - discussão sobre aplicabilidade de pauta fiscal; (vi) ICMS - transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte; (vii) ICMS - crédito indevido de materiais intermediários; (viii) ICMS - crédito indevido em operações com bens do ativo fixo considerados para uso e consumo; (ix) ICMS - diferencial de alíquota; (x) ICMS – Energia elétrica; (xi) ICMS – Não recolhimento; (xii) ICMS - Importação; (xiii) ITBI - cobrança do imposto em razão da incorporação da CIMPOR pela ICB; (xiv) IPTU - redução da base de cálculo; (xv) ISS – retenção na fonte; (xvi) ISS - redução da base de cálculo; (xvii) ISS – não recolhimento; (xviii) CFEM - ausência de recolhimento; (xix) CFEM - diferença de recolhimento; (xx) Contribuição Previdenciária - Aproveitamento indevido do crédito.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

As contingências tributárias que os assessores jurídicos da Companhia consideram o risco de êxito mais provável do que o risco de perda ("more likely than not"), avaliadas com base no ICPC22/IFRIC 23, são: (i) glosa de créditos por suposta dedução indevida da base de cálculo, a título de amortização de ágio decorrente da aquisição de outras empresas; (ii) IRPJ/CSLL - cobrança dos tributos sobre lucros apurados no exterior por empresas controladas e coligadas; (iii) IRPJ/CSLL - ausência de oferecimento à tributação de receita de juros sobre capital próprio; (iv) IRPJ - compensação não homologada de crédito decorrente de aplicação indevida de incentivo fiscal concedido pela SUDENE; e (v) IRPJ/CSLL - compensação não homologada de crédito decorrente de apuração a menor de saldo negativo do imposto.

#### Cível

As principais causas cíveis têm por objeto a (i) reparação de danos em decorrência de descumprimento contratual; (ii) pagamento de indenização por trafegar com excesso de peso; (iii) indenização por acidentes de trabalho e de trânsito na esfera cível e por cobrança indevida; (iv) descumprimento de condicionantes de licenças de operação e suposta falta de licenciamento; (v) poluição atmosférica e do solo e (vi) infração contra a ordem econômica, conforme descrição abaixo:

A Companhia e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, que tramitaram perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pela Companhia no processo iniciado pelas autoridades de concorrência em 2007 (bem como para as demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à Companhia corresponde, em 31 de dezembro de 2021, a R\$845.163 (considerando InterCement e Cimpor), ficando a Companhia obrigada a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de concreto nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias. Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, a Companhia recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão de tutela antecipada requerida, para suspender todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra tal decisão, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, cujo pedido de tutela antecipada recursal formulado foi indeferido. O processo encontra-se em fase de instrução probatória, com apresentação do laudo pericial pelo perito judicial nomeado, atualmente em fase de impugnação pelas partes. Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a probabilidade de perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.



#### InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (c) Movimentação

		Controladora				
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2019 Adições/baixas Pagamento	19.980 20.594 (4.055)	9.249 16.882 (102)	2.062 11.440 (13)	(11.446) (5.373) 6.950	19.845 43.543 2.780	
Saldo em 31 de dezembro de 2020 Adições/baixas Pagamento Saldo em 31 de dezembro de 2021	36.519 1.702 (12.914) 25.307	26.029 (5.758) (15.267) 5.004	13.489 (1.611) (4.610) 7.268	(9.869) (10.003) 9.009 (10.863)	66.168 (15.670) (23.782) 26.716	

Saldo em 31 de dezembro de 2019
Adição/baixas
Pagamento
Saldo em 31 de dezembro de 2020
Adição/baixas
Pagamento
Saldo em 31 de dezembro de 2021

Consolidado								
Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total				
20.024	9.249	2.652	(11.446)	20.479				
20.643	16.882	11.487	`(5.373 <sup>°</sup> )	43.639				
(4.055)	(102)	(13)	`6.950 <sup>′</sup>	2.780				
36.612	26.029	14.126	(9.869)	66.898				
1.707	(5.751)	(1.226)	(10.003) <sup>´</sup>	(15.273)				
(12.914)	(15.268)	(4.610)	9.009	(23.783)				
25.405	5.010	8.290	(10.863)	27.842				

# 20. Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativo

#### Política contábil

Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o descomissionamento de fábricas.

Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e o descomissionamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística e gastos futuros com descomissionamento de fábricas, sendo reconhecidos em resultados à medida que os ativos são depreciados/amortizados.

Essas provisões estão reconhecidas como "Provisão para reconstituição ambiental e descomissionamento de ativos" no passivo. A provisão para reconstituição ambiental tem como contrapartida em seu registro inicial a rubrica de "Direitos de exploração de minas" no intangível, e a provisão para descomissionamento de ativos tem como contrapartida a rubrica de "Imobilizado - Outros".



Controladora e

#### InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Aumentos ou diminuições nas provisões, que sejam decorrentes de mudanças nas estimativas, resultam em uma alteração correspondente no valor contábil do ativo relacionado. O aumento nas provisões é dado periodicamente pela atualização monetária, de modo a refletir a avaliação do dinheiro no tempo.

A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação ambiental progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões então constituídas.

#### (a) Movimentação

Em 31 de dezembro de 2021, é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a desativação de ativos e recuperação ambiental de áreas em processo de exploração de responsabilidade da Companhia. A movimentação da provisão é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.288
Constituição Utilização	1.160 (1.365)
Atualização	1.594
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.677
Constituição Utilização	3.964 (1.990)
Atualização	2.459
Saldo em 31 de dezembro de 2021	28.110

# 21. Benefícios a empregados

#### Política contábil

Os custos dos benefícios a empregados são reconhecidos no resultado a medida que são incorridos.

#### 21.1. Previdência privada

A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contribuiu com o montante de R\$1.119 (R\$909 em 31 de dezembro de 2020).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### 21.2. Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2021 é de R\$50.418 na controladora e no consolidado (R\$45.379 em 31 de dezembro de 2020).

#### 22. Partes relacionadas

#### Política contábil

As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia conforme termos acordados entre as partes, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

As partes relacionadas da Companhia são essencialmente subsidiárias, joint ventures, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

# (a) Composição – balanço patrimonial

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo, vendas e compras de produtos e serviços. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

	Controladora				
			2021		
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo (	circulante	Passivo não circulante
	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Fornecedores	Adiantamento de clientes e outras obrigações	Outras obrigações
Entidades sob controle comum do Grupo:				, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
Loma Negra (a)	-	5.384	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	1.000	1.300	979	26	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A (g)	9.072	-	-	4	-
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	-	25.880	-	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	-	-	-	38	-
Controladas:					
Barra Grande Participações S.A. (e)	5	-	6.100	-	-
Companhia de Mineração Candiota (d)	196	-	1.575	10	-
Estreito Participações S.A. (e)	5	-	7.662	-	4.090
Machadinho Participações S.A. (e)	5	-	4.585	-	798
Controladora:					
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b), (f) e (h)	139.896	-	67	-	-
InterCement Participações S.A. (a)	771	-	-	3.102	-
Outras		-	595	54	-
Total em 31 de dezembro de 2021	150.950	32.564	21.563	3.234	4.888



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora						
	2020						
		Ativo circulante		Ativo não circulante	1	Passivo circulan	te
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outros créditos	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Fornecedores	Empréstimos (partes relacionadas)	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum do Grupo: Loma Negra (a)	,_=		5.433	-		-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	17	518	1.000	2.300	522	-	26
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	-	-	-	22.800	-	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	-	-	-	-	-	-	38
Controladas: Barra Grande Participações S.A. (e) Companhia de Mineração Candiota (d)	-	-	-	-	5.843 685	-	-
Estreito Participações S.A. (e)	-	-	_	-	6.958		4.090
Machadinho Participações S.Á. (e)	244	-	-	-	4.392	-	799
Controladora:							4
Mover Participações S.A. (a) Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (f)	-	23.974	-	-	349	- 67.877	4 4.973
	-	23.914	1 011	-	349	01.011	1.580
InterCement Participações S.A. (a)	- 201	- 04 400	1.011	25 400	40.740		
Total em 31 de dezembro de 2020	261	24.492	7.444	25.100	18.749	67.877	11.510



Consolidado

# InterCement Brasil S.A. e Controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

		2021		
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo	circulante
	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Outras contas a receber (partes relacionadas)	Fornecedores	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum do grupo:				
Loma Negra (a)	-	5.384	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	1.000	1.300	979	26
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A (g)	9.072	-	-	4
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	-	25.880	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	-	-	-	38
Controladora:				
Mover Participações S.A. (b)	-	-	-	-
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b), (f) e (h)	139.896	-	67	-
InterCement Participações S.A. (a)	771	-	-	3.102
Outras	15	100	595	54
Total em 31 de dezembro de 2021	150.754	32.664	1.641	3.224



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Consolidado						
		2020					
		Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante		
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores	Outros créditos	Outras contas a receber (partes relacionadas)		Empréstimos (partes relacionadas)	Adiantamento de clientes e outras obrigações
Entidades sob controle comum do grupo: Loma Negra (a)	_	_	5.433	_	_	_	
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	17	518	1.000	2.300	522	-	52
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	-	-	-	22.800	-	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	-	-	-	-	-	-	38
Controladora:							
Mover Participações S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	4
Intercement Trading e Inversiones S.A. (b) e (f)	-	23.974	-	-	350	67.877	4.974
InterCement Participações S.A. (a)	-	-	1.011	-	-	-	1.580
Outras	-	-	-	100	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020	17	24.492	7.444	25.200	872	67.877	6.648

- (a) Contas a receber pela venda de ativo imobilizado e prestação de serviços de backoffice. Refere-se essencialmente a venda de imóvel à Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A, com vencimentos até dezembro de 2023 e valores de prestação de serviços compartilhados com a Loma Negra e Intercement Participações.
- (b) Compra e venda de mercadorias. Refere-se essencialmente a adiantamentos para compra de combustíveis com a controladora Intercement Trading e Inversiones S.A., de acordo com as transações definidas em cada pedido de compra (transação spot).
- (c) Venda de imóvel da InterCement Brasil para a HM Engenharia e Construção S.A., com vencimentos até 2024, corrigidos mensalmente pelo IPCA.
- (d) Aquisição de matéria prima utilizada na fabricação do cimento (calcário) da unidade de Candiota. O valor da transação é definido de acordo com as condições estabelecidas em cada pedido de compra (transação spot).
- (e) Contratos de compra e venda de energia com as controladas, Barra Grande Participações S.A., Estreito Participações S.A. e Machadinho Participações S.A, com vigência até março de 2041, fevereiro de 2043 e julho de 2032 respectivamente, com atualização anual da tarifa com base no IPCA.
- (f) Empréstimo de mútuo no montante de €10 milhões de euros, equivalente a R\$67.877 milhões de reais, sujeito a Euribor mais juros de 3,22% ao ano, com vencimento do principal e juros em 17 de fevereiro de 2022. Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada do mútuo.
- (g) Venda de imóvel da InterCement Brasil para a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A., que serão pagos após o registro da escritura do imóvel, com vencimentos previstos para o segundo semestre de 2022 e sem incidências de juros.
- (h) Contrato de mútuo no montante de R\$1.000.000 realizado em 30 de setembro de 2021, com juros de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano. Em dezembro de 2021, parte substancial do mútuo foi liquidado no montante de R\$ 884.547 (principal e juros), restando um saldo residual de R\$139.292 com vencimento em 3 de março de 2022. Referida transação não envolveu saída de caixa conforme mencionado na nota explicativa 23 (d).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

## (b) Composição - resultado

As transações efetuadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

			Controladora		
			2021		
	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas/Recei tas administrativas e comerciais	Outras receitas operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros
Entidades sob controle comum do Grupo: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a) Vexia Administradora LTDA.(a) Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A	4 -		(2.616) (7.696)	- -	- (59)
(e) HM Engenharia e Construção S.A.(g) Intercement Participações S.A. (a) Loma Negra	- - -	- - -	(4.894) - -	12.960 - - -	3.080 - (48)
Controlada: Barra Grande Participações S.A. (c) Companhia de Mineração Candiota (b) Estreito Participações S.A. (c) Machadinho Participações S.A. (c)	- - -	(75.597) (17.447) (44.005) (53.943)	41 164 43 42	: : :	- - - -
Controladora: Mover Participações S.A. (a) Intercement Trading e Inversiones S.A. (a) e (d) Outras Total em 31 de dezembro de 2021	- - - 4	(155.556) (230) (346.778)	(90) 6.266 (2.055) (10.795)	- - - 12.960	20.700

	Controladora					
			2020			
	Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros	
Entidades sob controle comum do Grupo: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a) Intercement Portugal S.A. Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense	516 -	- -	(8.194) (974)	<u>-</u> -	186 (2.132)	
S.A. Loma Negra	77 -	- -	- -	7	- 1.573	
Controlada: Barra Grande Participações S.A. (c) Companhia de Mineração Candiota (b) Estreito Participações S.A. (c) Machadinho Participações S.A. (c)	- - - -	(72.618) (15.719) (45.040) (51.817)	- - -	- - - -	:	
Controladora: Mover Participações S.A. (a) Intercement Trading e Inversiones S.A. (a) e (d) Outras Total em 31 de dezembro de 2020	- - - 593	(66.731) - (251.925)	(165) - (2.279) (11.612)	- - - - 7	(22.752)	



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

Entidades sob controle comum do Grupo: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a) Vexia Administradora LTDA.(a) Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A (e) HM Engenharia e Construção S.A.(g) Intercement Participações S.A. (a) Loma Negra
Controladora: Mover Participações S.A. (a) Intercement Trading e Inversiones S.A. (a) e (d) Outras Total em 31 de dezembro de 2020

Consolidado									
2021									
Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros					
4		(2.646)							
4	-	(2.616)	-						
-	-	(7.696)	-	(59)					
-	-	-	12.960	-					
-	-	-	-	3.080					
_	-	(4.894)	-	-					
-	-	` -	-	(48)					
_	_	(90)	_	-					
-	(155.556)	6.266	-	20.700					
-	(230)	(2.055)	-	-					
4	(155.786)	(11.085)	12.960	23.673					

Entidades sob controle comum do Grupo:	
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	
Intercement Portugal S.A.	
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	
Loma Negra	
Controladora:	
Mover Participações S.A. (a)	
Intercement Trading e Inversiones S.A. (a), (d) e (f)	
Outras	
Total em 31 de dezembro de 2020	

Consolidado							
	2020						
Vendas	Custos de vendas e serviços	Despesas administrativas e comerciais	Outras receitas (despesas) operacionais	Receita (despesa) de encargos financeiros			
516	_	(8.194)	_	186			
-	-	(974)	-	(2.132)			
77	-	` -	-	` -			
-	-	-	7	1.573			
		(165)					
-	- (66.731)	(165)	-	- (22.752)			
-	(00.731)	(2.279)	-	(22.732)			
593	(66.731)	(11.612)	7	(23.125)			

- (a) Refere-se essencialmente à compra de combustíveis e rateio de certas despesas com a controladora Intercement Trading e Inversiones S.A. e contratação de serviços de backoffice da Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A, Vexia Administradora Ltda. Mover Participações S.A. e Intercement Participações.
- (b) Aquisição de matéria prima utilizada na fabricação do cimento (calcário) da unidade de Candiota. O valor da transação é definido de acordo com as condições estabelecidas em cada pedido de compra (transação spot).
- (c) Contratos de compra e venda de energia com as controladas, Barra Grande Participações S.A., Estreito Participações S.A. e Machadinho Participações S.A, com vigência até março de 2041, fevereiro de 2043 e julho de 2032 respectivamente, com atualização anual da tarifa com base no IPCA.
- (d) Empréstimo de mútuo no montante de €10 milhões de euros, equivalente a R\$67.877 milhões de reais, sujeito a Euribor mais juros de 3,22% ao ano, com vencimento do principal e juros em 17 de fevereiro de 2022. Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a liquidação antecipada do mútuo.
- (e) Venda de imóvel da InterCement Brasil para a Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A., que serão pagos após o registro da escritura do imóvel, com vencimentos previstos para o segundo semestre de 2022 e sem incidências de juros.
- (f) Contrato de mútuo no montante de R\$1.000.000 realizado em 30 de setembro de 2021, com juros de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano. Em dezembro de 2021, parte substancial do mútuo foi liquidado no montante de R\$ 884.547 (principal e juros), restando um saldo residual de R\$139.292 com vencimento em 3 de março de 2022. Referida transação não envolveu saída de caixa conforme mencionado na nota explicativa 23 (d).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(g) Atualização monetária referente a Venda de imóvel da InterCement Brasil para a HM Engenharia e Construção S.A., com vencimentos até 2024.

#### (c) Remuneração dos administradores

#### Controladora

Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

## Remuneração dos administradores

#### Controladora e consolidado

	2021	2020
Curto prazo:		
Salários, remuneração fixa e outros benefícios	7.595	4.019
Incentivo de Longo prazo (a)	1.185	-
Previdência privada	177	190
Total da remuneração (sem encargos sociais)	8.957	4.209
Encargos sociais	1.401	1.543
Total da remuneração (com encargos sociais)	10.358	5.752

<sup>(</sup>a) Em 2021, foi aprovado um plano de incentivo de longo prazo para a alta Administração da Companhia. Este plano possui carência de 4 anos (2021 a 2024) e o benefício é determinado principalmente com base em indicadores de desempenho financeiro e operacional, e na retenção da alta Administração. Em 31 de dezembro de 2021 o valor do plano e as despesas incorridas no período é de R\$1.185 (R\$0 em 2020).

# 23. Patrimônio líquido

#### Política contábil

#### Capital social

É representado exclusivamente por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. <u>Distribuição de dividendos</u>

A proposta de distribuição de dividendos é efetuada pela Administração da Companhia, e a parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício deduzido de reserva legal, é registrada como passivo circulante, na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

#### Reserva para incentivos fiscais

Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas, desde que atendidas as condições da IAS 20 em consonância com o pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A Companhia goza de subvenções atreladas aos incentivos de ICMS concedidos pelos governos estaduais nas suas principais fábricas, recentemente convalidados nos moldes da Lei Complementar nº 160/17, regulamentada pelo Convênio ICMS nº 190/17 com alterações posteriores.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As parcelas recebidas de incentivos fiscais para investimento foram registradas no resultado do exercício na rubrica "Receita líquida de vendas", para o patrimônio líquido no final do exercício, quando houver lucro líquido, na rubrica "Reserva de incentivos fiscais".

#### (a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$592.274 (R\$2.865.528 em 2020 antes do grupamento de ações ocorrido em 2021 e explicado à diante), representado por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A composição acionária em está detalhada a seguir:

	20:	21	2020	
Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Intercement Trading e Inversiones	411.597.545	100,00	2.469.585.273	100,00
-	411.597.545	100,00	2.469.585.273	100,00



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### Transações com acionistas

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram (i) a redução das Reservas de Incentivos fiscais pela absorção de prejuízos acumulados registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$117.619; (ii) redução do capital social da Companhia, para absorção dos prejuízos acumulados registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$2.228.216; (iii) o grupamento das ações da Companhia, à razão de 6:1, de forma que cada 6 (seis) ações ordinárias da Companhia passaram a corresponder a 1 (uma) ação ordinária da Companhia, e passando o número de ações em que se divide o capital social de 2.469.585.273 (dois bilhões, quatrocentos e sessenta e nove milhões, quinhentas e oitenta e cinco mil, duzentas e setenta e três) para 411.597.545 (quatrocentos e onze mil, quinhentos e noventa e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco) ações ordinárias, as quais foram distribuídas entre os acionistas na mesma proporção.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de setembro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram a cisão parcial de ativos não operacionais para a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., conforme mencionado na nota 1.1 (b). Em decorrência da cisão parcial, ora aprovada, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$45.038, sem o cancelamento de ações de emissão, ou seja, sendo mantidas as mesmas 411.597.545 (quatrocentas e onze milhões, quinhentas e noventa e sete mil, quinhentas e quarenta e cinco) ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

## (b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo das reservas legal e de retenção de lucros é de R\$61.206 e R\$ 2.624, respectivamente (R\$0 em 2020).

#### (c) Reserva de incentivos fiscais

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 22 de junho de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram (i) a redução das Reservas de Incentivos fiscais pela absorção de prejuízos acumulados registrados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$117.619, referente as reservas de incentivos fiscais constituídas até o ano de 2014.

Subsequentemente, em 31 de dezembro de 2021, foi destinado à reserva de incentivos fiscais o montante de R\$130.147, correspondente aos exercícios de 2015 a 2020, não constituídos anteriormente devido a apuração de prejuízo no período, mais o montante da reserva de incentivos fiscais referentes ao exercício de 2021.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Apresentamos a seguir a destinação do lucro para 2021:

		Controladora
		2021
Lucro do exercício		1.224.115
Perdas com participação em controlada		(127)
Reserva Legal	5%	(61.206)
Lucro para destinação		1.162.782
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	290.696
-		
Proposta da Administração		
Dividendos pagos referente à antecipação de resultados de		990.101
2021		300.101
Juros sobre o capital próprio pagos referentes à antecipação do resultado de 2021		39.910
Constituição de reservas de retenção de lucros e incentivos		
fiscais		132.771
1100010		

Em 22 de junho de 2021 e 30 de setembro de 2021 e 15 de dezembro de 2021, o conselho de administração deliberou a distribuição de dividendos antecipados, referente ao ano de 2021, no montante de R\$990.088 sendo R\$119.638 pagos durante o ano de 2021 e R\$870.450 utilizados para liquidação parcial do mútuo com a sua acionista InterCement Trading e Inversiones.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram deliberados juros sobre o capital próprio referente ao período de janeiro a novembro de 2021 no montante de R\$39.910, sendo R\$25.814 pagos durante o ano de 2021 e R\$14.096 utilizados para liquidação parcial do mútuo com a sua acionista InterCement Trading e Inversiones.

Em 31 de dezembro de 2021, foi registrada perda na variação de participação, sem alteração de controle da controlada Companhia de Mineração Candiota, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11 de acordo com o ICPC 09 (R2) e a IFRS 10/CPC 36. Esse efeito foi reconhecido como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no patrimônio líquido no montante de R\$127.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (e) Transações com acionistas não controladores

Instrumento patrimonial - ações preferenciais sobre sociedades de propósito específico

As ações preferenciais das controladas Barra Grande Participações, Machadinho Participações e da Estreito Participações, possuem determinadas características especificas, nomeadamente, em termos de:

- Direito a dividendos prioritários sobre lucros e/ou reservas distribuídas em cada exercício.
- Ausência de direito de voto (exceto quanto a matérias especificas estabelecidas nos correspondentes estatutos).
- Prioridade relativamente às ações ordinárias em caso de liquidação.
- Podem ser convertidas em ações ordinárias (direito de conversão) nos termos dos estatutos.
- Não participação em futuros aumentos de capital.

Os termos dos contratos celebrados estabelecem ainda um conjunto de premissas que regulam os termos de um eventual desinvestimento por parte do comprador, incluindo mecanismos tendentes a assegurar uma rentabilidade mínima, bem como direitos de conversão das ações preferências em ações ordinárias.

Considerando todas essas características, atendendo ao disposto na IAS 32, os referidos instrumentos (quer da Barra Grande, Machadinho ou Estreito) adquirem características de instrumento patrimonial e instrumento financeiro, na medida em que os mesmos incorporam simultaneamente componentes enquadráveis como instrumento de capital e instrumento financeiro (ativo ou passivo financeiro). Assim, esses componentes foram mensurados e reconhecidos separadamente nas demonstrações financeiras conforme segue:

- A contribuição inicial recebida em contrapartida da venda das ações preferenciais foi classificada como instrumento patrimonial, uma vez que, nos termos estabelecidos, não existe obrigação de recompra dessas ações (obrigação de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro), bem como são estabelecidas igualmente cláusulas de conversibilidade em ações ordinárias (por opção dos detentores dessas ações) e seus respectivos dividendos;
- Existem também cláusulas contratuais referente a opções de retorno de rentabilidade mínima e
  eventual cobertura de uma desvalorização significativa dos investimentos nas entidades que
  emitiram esses instrumentos em um período de até sete anos ou pela opção de saída por parte
  dos detentores das ações preferenciais, nas condições estabelecidas nos contratos. Essas
  opções geram valores de perda ou ganho para a Companhia e foram classificados como
  instrumentos financeiros derivativos e mensurados pelo seu justo valor na data de cada
  demonstração financeira.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos dividendos aos minoritários relacionado à essas transações no montante de R\$61.395 (destes R\$54.550 deliberados em 2021 e R\$6.845 propostos ainda em 2020). Em 31 de dezembro de 2020 os dividendos deliberados montaram R\$74.828, sendo R\$67.984 pagos naquele exercício.

# 24. Imposto de renda e contribuição social

#### Política contábil

#### <u>Impostos correntes</u>

A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por empresa com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício e em disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

#### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e base negativa possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros propiciarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se espera recuperar.

Impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A interpretação ICPC 22/IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Ao avaliar se o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável, a Companhia assume que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas. Se a Companhia concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a Companhia reflete o efeito da incerteza na determinação do respectivo lucro tributável considerando o valor mais provável. O reconhecimento do efeito da incerteza para tratamentos fiscais incertos, são reconhecidas como obrigações legais na rubrica de impostos e contribuições a recolher no passivo não circulante e a contrapartida na rubrica de imposto de renda e contribuição social correntes. (nota explicativa n° 18).

# (a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

	Controladora		Conso	lidado
	2021	2020	2021	2020
Luara (praju(za) antos de imposte de rende e de contribuição				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	422.830	(92.559)	527.751	(12.247)
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e		(02.000)	020.	(12.211)
9% para contribuição social)	34%	34%	34%	34%
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social às				
alíquotas nominais	(143.762)	31.470	(179.435)	4.164
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição				
social efetivos: Equivalência patrimonial	7.327	5.140	25	_
Juros sobre o capital próprio	13.569	3.140	13.569	_
Incentivos Fiscais (FAI/Prodesin/Desenvolve)	13.359	8.256	13.359	8.256
Liminar Selic (b)	40.679	(7.382)	40.679	(7.382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos no				
exercício (líquidos de utilizações) (c)	878.990	(46.117)	878.990	(44.828)
Diferença de alíquota (a)	-	-	30.832	25.934
Outras Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(8.877)	2.402	(11.499)	1.942
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	801.285	(6.231)	786.520	(11.914)
	2212	(=====)		(111011)
Correntes	765	(7.381)	(5.976)	(13.064)
Diferidos	800.520	`1.150´	792.496	` 1.150 <sup>′</sup>

<sup>(</sup>a) Refere-se a imposto de renda e contribuição social apurados pelo regime de lucro presumido das controladas Barra Grande, Machadinho e Estreito.

<sup>(</sup>b) Refere-se liminar judicial nº 0012852-21.2010.403.6100, que assegura a Companhia a não recolher o IRPJ e CSLL sobre os juros moratórios, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas com terceiros, sobre receitas decorrentes da atualização monetária sobre a restituição de tributos pagos indevidamente ou a maior, e aos valores depositados judicialmente ou administrativamente. Em 2021, o STF julgou inconstitucional a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário, e, portanto, a companhia registrou uma exclusão no montante de R\$40.679 referente ao valor constituído em exercícios anteriores.

<sup>(</sup>c) Refere-se ao reconhecimento, em 2021, de impostos diferidos ativos não reconhecidos em anos anteriores, após análise de realização pela Companhia em 31 de dezembro de 2021.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dos livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Cont	roladora	Consc	olidado
	2021	2020	2021	2020
No ativo:				
Provisão para perdas de crédito esperada	2.530	15.562	2.530	15.562
Provisão para participação nos resultados	10.799	15.040	10.799	15.040
Provisão para realização (Estoques)	48.727	51.328	48.727	51.328
Provisão para riscos tributários, cíveis e				
trabalhistas	12.777	30.087	12.777	30.087
Provisão para descomissionamento de				
fábricas	24.374	27.431	24.374	27.431
Ajuste ao valor de realização (Imobilizado,				
intangível e direito de uso)	231.977	261.053	231.977	261.053
Demais diferenças temporárias ativas	46.647	57.449	46.647	57.449
Prejuízo fiscal e base negativa	468.646	501.936	468.646	501.936
Impostos diferidos não constituídos		(891.334)	-	(891.334)
Total - ativo	846.477	68.552	846.477	68.552
No posivo				
No passivo: Amortização de ágio (rentabilidade futura)	(107.458)	(107.458)	(107.458)	(107.458)
Amortização de agio (tertabilidade futura)  Avaliação da vida útil do imobilizado (a)	(84.248)	(98.097)	(84.248)	(98.097)
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú -	(04.240)	(30.037)	(04.240)	(30.037)
Fomentar	(663)	(1.371)	(663)	(1.371)
Capitalização de juros	(7.833)	(9.929)	(7.833)	(9.929)
Demais diferenças temporárias passivas	(5.711)	(11.653)	(13.735)	(11.653)
Total - passivo	(205.913)	(228.508)	(213.937)	(228.508)
•	,	(/	(=:::::)	\
Total líquido classificado no ativo não circulante	640.564	_	640.564	_
Total líquido classificado no passivo não circulante	-	(159.956)	(8.024)	(159.956)
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		, , ,	, ,	

<sup>(</sup>a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto na legislação fiscal.

#### Remensuração do ativo fiscal diferido anteriormente não reconhecido

A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos não reconhecidos ao final de cada período de apresentação das informações financeiras, e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (que coincide com o ciclo de negócios), utilizando como premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos anos vindouros, às alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente.

As projeções da Companhia estão diretamente relacionadas aos ciclos de mercado de construção civil, de infraestrutura e de incorporação imobiliária, que são ciclos de médio e longo prazos, e que apresentaram grande volatilidade em período recente em função da redução significativa desses negócios no Brasil nos últimos anos, diante de fatores macroeconômicos observados e também questões internas à Companhia a seguir explicados, mas com tendência de alta para os anos que se seguem, com início da curva ascendente dos resultados da InterCement desde o exercício de 2020. A probabilidade de materialização das projeções que suportam a realização dos impostos diferidos ativos (e também demais ativos da Companhia como o ágio), que foram reavaliadas em 31 de dezembro de 2021, também foi avaliada em função dos reflexos da pandemia da Covid-19, cujos efeitos ainda traziam certo grau de incerteza sobre as projeções nas avaliações mais recentes de realização dos impostos diferidos ativos efetuadas pela administração, de forma que, nas datas de encerramento das demonstrações financeiras anuais e trimestrais de 31 de dezembro de 2020, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, a administração limitou o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos até o montante cuja realização era provável, então considerando a reversão das diferenças temporárias tributárias que foram base para registro dos impostos diferidos passivos, sem a dependência da geração de lucros tributáveis futuros superiores aos lucros advindos dessas reversões.

Na reavaliação dessas incertezas no trimestre findo em 31 de dezembro de 2021, considerando os resultados contábeis e tributáveis mais recentes de 2020/2021, e as projeções para os próximos 10 anos, a administração concluiu que a realização dos impostos diferidos ativos tornou-se provável, reconhecendo o montante de R\$777.924 sendo R\$468.646 sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, e R\$309.278 sobre diferenças temporárias ativas (efeito de R\$878.990 na conciliação da taxa efetiva considerando diferenças temporárias e prejuízos fiscais já utilizados no próprio exercício antes do reconhecimento efetivo no encerramento do exercício).

A conclusão da Administração foi pautada nos seguintes principais fatores:



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

- (I) A Companhia ter superado os resultados contábil e fiscal orçados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Este nível de acerto nas projeções, analisado conjuntamente com os fatores seguintes, reforça o nível de assertividade e habilidade da Companhia em efetuar projeções de longo prazo; sendo que essas projeções indicam que a recuperação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social dar-se-ão em período inferior a 10 anos (que corresponde ao ciclo de negócios da Companhia);
- (II) A Companhia ter compensado, desde o mês de junho de 2021, saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social pelas próprias operações (sem que eventos não usuais fossem necessários), tendo compensado até 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$9.794, além de ter realizado montante significativo de diferenças temporárias anteriormente não reconhecidas no exercício;
- (III) Disponibilidade/contratação de estudos de analistas de mercado independentes que incluem expectativa de volume e preços do cimento para os próximos exercícios, que demonstram que as projeções da Companhia encontram-se alinhadas às expectativas para o mercado de cimento no Brasil;
- (IV) Avaliação qualitativa dos fatores positivos e negativos (internos à Companhia e externos de mercado) que foram fatorados, ponderados e comparados pela administração de forma trimestral, desde a última avaliação anual em 31 de dezembro de 2020 até o reconhecimento complementar dos impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2021. Foram considerados nesta avaliação, dentre outros: i) histórico de lucro (prejuízo) da Companhia e segmento (comparáveis) em períodos recentes da economia e nos anos precedentes ao registro; ii) retomada dos resultados contábil e fiscal da Companhia; iii) impactos (positivos e negativos) decorrentes da pandemia da Covid-19 e de eventos macroeconômicos recentes (incluindo consolidação do segmento após M&As recentes, além de potenciais efeitos de incertezas em ano de pré-eleição presidencial); iv) redução da alavancagem financeira e das despesas de juros e variações cambiais passivas em período recente (fator importante na geração de prejuízos tributários pela Companhia desde 2014); v) outras reduções de custos e despesas decorrentes de ações já implementadas pela Companhia.
- (V) Realização de análises de sensibilidade sobre as projeções de lucro contábil e fiscal futuros efetuado pela Administração, que além de mostrar que é provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados serão utilizados, mostram que mesmo em cenários estressados, o período de recuperação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não supera o ciclo de negócio de 10 anos da Companhia, para os quais as projeções de realização são efetuadas.
- (VI) Com base na combinação dos fatores acima, a Administração concluiu que é provável a geração de lucro tributável futuro suficiente para registro do ativo fiscal diferido não reconhecido de períodos anteriores, incluindo as diferenças temporárias (cuja realização foi considerada nas projeções).



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

A expectativa da Companhia é a realização da totalidade dos prejuízos ficais e base negativa até o final de 2029, sendo o seguinte cronograma considerado:

	31/12/2021
0000	00/
2022	3%
2023	12%
2024	15%
2025	20%
Acima de 5 anos	50%

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado como segue:

	Cont	Controladora		olidado
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial Líquido	(159.956)	(161.106)	(159.956)	(161.106)
Efeitos no resultado	800.520	1.150	792.496	1.150
Saldo Final Líquido	640.564	(159.956)	632.540	(159.956)

# 25. Receita líquida

#### Política contábil

As receitas operacionais da Companhia são geradas através da produção e venda de cimentos, a prestação de serviços (que engloba a homogeneização das matérias-primas e serviço de bombeamento do concreto) e venda de energia.

A receita é mensurada quando ou à medida que uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A Companhia considera os termos dos contratos e todos os fatos e circunstâncias relevantes, a receita na venda de produtos e/ou serviços é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, os critérios definidos são:

- Identificar o contrato de venda de bens ou prestação de serviço;
- Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação as obrigações de desempenho definidas em contrato;
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

# (a) Composição

Venda de produtos Serviços prestados Impostos sobre vendas (a) Abatimentos/descontos Total

Contr	oladora Consolidado		olidado
2021	2020	2021	2020
4.013.929	3.068.812	4.017.543	3.069.640
168.313	148.971	168.313	148.971
(988.742)	(786.877)	(999.366)	(798.810)
(33.813)	(17.193)	(33.813)	(17.193)
3.159.687	2.413.713	3.152.677	2.402.608

<sup>(</sup>a) Na controladora e no consolidado, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.

# 26. Informações sobre a natureza de custos e despesas

	Conti	Controladora		olidado
	2021	2020	2021	2020
Depreciação, amortização e exaustão	(224.426)	(247.548)	(249.389)	(271.469)
Amortização direito de uso em arrendamentos	(106.895)	(108.363)	(113.394)	(108.363)
Salários e benefícios a empregados	(317.014)	(272.752)	(318.143)	(273.414)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(581.136)	(579.711)	(557.164)	(564.942)
Serviços de terceiros	(165.373)	(117.080)	(178.426)	(128.989)
Despesas com frete	(310.529)	(236.548)	(310.575)	(236.586)
Despesas com manutenção	(122.847)	(101.937)	(123.604)	(102.322)
Despesas com combustível	(560.428)	(339.924)	(562.419)	(342.460)
Despesas com eletricidade (a)	(284.570)	(248.795)	(115.772)	(107.082)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	(8.259)	(28.371)	(8.635)	(28.371)
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (b)	17.337	-	17.088	-
Baixa de ativo imobilizado	-	(83)	-	(83)
Ajuste ao valor recuperável (c)	28.352	81.876	28.352	81.876
Provisão para desmobilização/alienação de fábricas	-	(1.524)	-	(1.524)
Provisão para perdas de estoques (d)	(23.746)	(124.052)	(23.746)	(124.052)
ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (e)		, ,		, ,
(Nota 10)	47.580	26.164	47.580	26.164
Recuperação de impostos	13.987	24.835	13.987	24.835
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 8)	(919)	1.413	(919)	1.413
Outras receitas (despesas)	(41.703)	(57.799)	(44.133)	(61.065)
	(2.640.589)	(2.330.199)	(2.499.312)	(2.216.434)
		-	-	
Custo das vendas e dos serviços	(2.516.727)	(2.224.459)	(2.368.312)	(2.104.071)
Despesas administrativas e comerciais	` (261.321)́	` (211.168)	` (269.000)	`(217.699)
Outras receitas (despesas) operacionais	`137.459	`105.428 <sup>´</sup>	`138.00Ó	`105.336 <sup>´</sup>
Total	(2.640.589)	(2.330.199)	(2.499.312)	(2.216.434)



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

#### As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

- (a) Na controladora, contempla aquisição de energia elétrica de suas controladas, Barra Grande Participações, Estreito Participações e Machadinho Participações. No consolidado, contempla os custos com eletricidade da InterCement Brasil (com eliminação da energia adquirida das controladas citadas anteriormente), da controlada Comican e da controlada em conjunto Baesa.
- (b) Em 2021 refere-se substancialmente ao ganho na venda de terrenos, que não estavam sendo utilizados na operação do negócio.
- (c) Refere-se ao ajuste ao valor de realização do imobilizado, intangível e direito de uso, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12. (c) ,13 (d) e 14 (c);
- (d) Refere-se a provisões para perdas de estoques, conforme mencionada na nota explicativa nº 9 (d).
- (e) Em 2021, refere-se a constituição do crédito tributário parte controversa relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições de PIS e COFINS descrito na Nota Explicativa nº 10.a. Adicionalmente, em 2020, a Companhia alienou os créditos reconhecidos em 2019 a um fundo de investimento, pelo montante de R\$131.000, gerando um ganho de R\$40.760, sendo R\$26.164 de principal e R\$14.596 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas linhas de outras receitas operacionais e de receitas financeiras.

### 27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Variação cambial:				
Receita com variação cambial (a)	5.756	3.808	5.756	3.808
Despesa com variação cambial (a)	(10.551)	(26.967)	(10.551)	(26.962)
	(4.795)	(23.159)	(4.795)	(23.154)
Receitas financeiras:				
Variação monetária (b)	100.023	19.189	100.071	19.244
Rendimento financeiro	10.158	5.581	14.083	7.039
Juros ativos (c)	26.357	2.524	26.604	2.528
Instrumentos financeiros derivativos (d)	-	8.093	-	8.093
Recompra Debêntures	-	3.521	-	3.521
PIS e COFINS	(4.768)	(721)	(4.924)	(777)
Outras receitas	3.357	5.629	3.358	5.444
Total	135.127	43.816	139.192	45.092
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(17.805)	(32.079)	(27.853)	(40.356)
Juros sobre passivos de arrendamentos (nota 14)	(14.613)	(19.308)	(16.261)	(19.308)
Despesa com juros e encargos (e)	(174.732)	(98.139)	(174.734)	(98.140)
Despesa de multas	(10.495)	(3.511)	(10.548)	(3.785)
Instrumentos financeiros derivativos (d)	(17.432)	· -	(17.432)	· -
Gasto com emissão de debêntures (f)	-	(22.536)	-	(22.536)
Despesas bancárias	(3.109)	(11.967)	(3.194)	(12.050)
Seguro Garantia	(7.225)	(21.118)	(7.225)	(21.118)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1.151)	(450)	(1.151)	(450)
Outras despesas	(1.587)	(2.741)	(1.687)	(2.616)
Total	(248.149)	(211.849)	(260.085)	(220.359)

<sup>(</sup>a) Refere-se substancialmente às flutuações nas taxas de câmbio, dos empréstimos de mútuos atrelados à moeda estrangeira.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

- (b) Em 2021, a Companhia reconheceu variação monetária no montante de R\$49.287 referente ao crédito tributário da parte controversa relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS descrito na Nota Explicativa nº 10 (a). Adicionalmente, a Companhia reconheceu o valor de R\$12.740 a título de variação monetária (sendo o total de R\$30.972 registrado na rubrica de outros ativos e o montante de principal no grupo de outras receitas), referente ao pagamento adicional previsto no contrato de cessão de crédito com um fundo de investimento realizado em julho de 2020 (mencionado na nota 10 (a)) após a superação de determinadas clausulas em 2021. Em 2020, refere-se ao ganho proveniente da alienação dos créditos relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS constituído em 2019.
- (c) Em 2021, refere-se substancialmente a juros incorridos sobre o mútuo com a InterCement Trading no montante de R\$ 23.903 (R\$ 0 em 2020).
- (d) Ganhos e perdas reconhecidos sobre instrumentos financeiros derivativos mencionados na nota explicativa nº 5.(b).
- (e) Refere-se substancialmente a juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, nos montantes de R\$168.780 (R\$96.860 em 2020).
- (f) Refere-se a comissões bancárias relativas as debêntures emitidas em 2020 pela Companhia, conforme mencionada na Nota 17. O reconhecimento como despesa foi efetuado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48 Instrumentos Financeiros, considerando que o novo instrumento de dívida foi determinado como uma extinção da dívida original, sendo as taxas incorridas imediatamente reconhecidas no resultado como parte do ganho ou perda da operação.

# 28. Compromissos

#### a) Contratos de compra

A Companhia possui contrato para aquisição de energia elétrica até 2024 e contratos "Take or Pay" para serviços de transporte ferroviário até 2023, serviços logísticos de armazenamento, transporte e manuseamento até 2029, venda de clínquer de acordo com o mínimo estipulado no contrato até 2022, aquisição de cimento com o mínimo estipulado no contrato até 2022, aquisição de calcário com o mínimo estipulado no contrato até 2023, aquisição de gesso com o mínimo estipulado no contrato até 2023 e aquisição de combustíveis com o mínimo estipulado no contrato até 2024 cujos desembolsos totais estimados, em valores nominais, são os seguintes:

	2021				
	Energia	Take or pay	Total		
2021	=	-	-		
2022	138.249	279.819	418.068		
2023	138.249	217.259	355.508		
2024	85.601	24.035	109.636		
Após 2024	-	29.158	29.158		
Total	362.099	550.271	912.370		



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

# 29. Resultado por ação

#### Política contábil

É calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

#### (a) Composição

Em decorrência do referido grupamento de ações ocorrido em 2021 e mencionado na nota 23(a), o lucro por ação apresentado originalmente nas informações financeiras de 31 de dezembro de 2020, aprovadas para sua emissão em 29 de abril de 2021, foi reapresentado nas informações comparativas de 31 de dezembro de 2021.

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020 (reapresentado)
Numerador básico e diluído- Alocação do lucro (prejuízo) do exercício para os acionistas Denominador básico e diluído-	1.224.115	(98.791)
Média ponderada de ações	411.597.545	411.597.545
Lucro (Prejuízo) básico/diluído por ação ON (em reais)	2,97	(0,24)

# 30. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros, de forma global, dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais, obras civis e riscos de engenharia e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração. As principais coberturas de seguros são:

Modalidade	2021
Responsabilidade Civil	R\$100.295
Responsabilidade Operacional - Danos Materiais	R\$919.521
Responsabilidade Operacional - Lucros cessantes	R\$35.513



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

# 31. Avais e Fianças

A Companhia é garantidora para os seguintes empréstimos captados por suas controladoras e controladas:

- Ao Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch IBBA em 26 de março de 2012, posteriormente cedido a terceiros, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Áustria (posteriormente incorporada a Intercement Trading e Inversiones S.A.) e o IBBA (posteriormente cedido a terceiros), cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US\$750 milhões, equivalentes a R\$1.281.600. Em 31 de dezembro de 2021, o montante principal em dívida é de US\$14 milhões, equivalentes a R\$78.127.
- A investidores, em 17 de julho de 2014, em decorrência da emissão de Senior Notes 2024 pela empresa do Grupo InterCement, InterCement Financial Operations BV, no montante de US\$750 milhões, equivalentes a R\$1.680.225, destinado ao pré-pagamento de dívidas e a usos corporativos gerais. Em 31 de dezembro de 2021, o montante principal em dívida é de US\$551 milhões, equivalentes a R\$3.075.905.
- Ao Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. BBVA, em 31 de outubro de 2018, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora InterCement Trading e Inversiones S.A. e o BBVA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de €22 milhões, equivalentes a R\$99.671, destinado a usos corporativos gerais. Em 31 de dezembro de 2021, o montante principal em dívida é de €16,5 milhões, equivalentes a R\$104.297.
- Aos Debenturistas, em 08 de junho de 2020, em decorrência da 1ª Emissão de Debentures pela empresa controladora InterCement Participações S.A., no montante de R\$2.976.666 destinado ao pré-pagamento de dívidas. Em 31 de setembro de 2021, o montante principal em dívida é de R\$1.976.666.
- Aos investidores, em 16 de março de 2021, em decorrência da 2ª Emissão da Notas Promissórias pela empresa controladora InterCement Participações S.A., no montante de R\$100.000, destinado ao pagamento parcial da 1ª Emissão Notas Promissórias pela InterCement Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2021, o montante principal em dívida é de R\$100.000.

# 32. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional denominado Cimento.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

# 33. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aquisição de imobilizado sem efeito caixa (reclassificação				
entre imobilizado e estoque)	2.541	3.461	2.541	3.461
Aguisição de imobilizado sem efeito caixa	352	-	352	-
Vendas de imobilizado que serão recebidas futuramente	14.890	12.506	14.890	12.506
Aumento investimento mediante créditos	-	17.850	-	-
Redução de capital mediante cisão de ativos	45.038	-	45.038	-
Distribuição de dividendos e JCP mediante compensação				
do mútuo com partes relacionadas	884.611	-	884.611	-

# 34. Eventos subsequentes

No dia 15 de março de 2022, a Companhia (cedente) assinou um contrato de mútuo com a sua controladora indireta InterCement Participações S.A. – "ICP" (tomador) na modalidade "revolving" com um limite de crédito de até R\$100.000, podendo ser utilizado ao longo do tempo e reutilizado à medida que o saldo em dívida for reembolsado. O valor do crédito concedido nesta data foi de R\$30.000.

A taxa de juros é de 100% da taxa DI, acrescida de taxa equivalente a 3,85% ao ano, com vencimento em15 de março de 2023.

# 35. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 16 de março de 2022 a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.